

# convergência

MAR — 1977 — ANO X — Nº 100



- **PRÁTICA EVANGELIZADORA DA IGREJA HOJE. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PASTORAIS**, página 79  
Pe. Luiz Colussi
- **RELIGIOSOS E LEIGOS. BISPOS E PRESBÍTEROS. O PROBLEMA DA IDENTIDADE**, página 88  
Frei Fábio Panini, OFM
- **VIDA RELIGIOSA, UMA VOCAÇÃO APOSTÓLICA. O PROBLEMA DA IDENTIDADE**, página 102

## CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência  
dos Religiosos do Brasil

### Diretor-Responsável:

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

### Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

### Direção, Redação, Administração:

Rua Dom Gerardo, 40 — 6º andar  
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO  
— RJ.

---

### Assinaturas para 1977:

---

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea) . . .	Cr\$ 150,00
Exterior: marítima . . . . .	US\$ 17,00
aérea . . . . .	US\$ 25,00
Número avulso . . . . .	Cr\$ 15,00

---

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

---

**Composição:** Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000 Rio de Janeiro — RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

---

### Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO". Dez anos vivendo isto. Dez anos de CONVERGÊNCIA. Coragem de caminhar e fazer caminhar. A partir da experiência e da vida. À luz da fé que alicerça nossa vida de Religiosos e lhe dá sentido. Procura e renovação que não cessam. Caminhar na Igreja e com a Igreja, de hoje e de sempre.

---

Registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.



# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> . . . . .	<b>65</b>
<b>CARTAS dos Leitores</b> . . . . .	<b>67</b>
<b>ESPAÇO do Redator</b> . . . . .	<b>74</b>
<b>PRÁTICA EVANGELIZADORA DA IGREJA HOJE. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PASTORAIS, Pe. Luiz Colussi, Subsecretário da CNBB (Nacional) . . . . .</b>	<b>79</b>
<b>RELIGIOSOS E LEIGOS. BISPOS E PRESBÍTEROS. O PROBLEMA DA IDENTIDADE, Frel Fábio Panini, OFM . . . . .</b>	<b>88</b>
<b>VIDA RELIGIOSA, UMA VOCAÇÃO APOSTÓLICA. O PROBLEMA DA IDENTIDADE, Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ . . . . .</b>	<b>102</b>
<b>ANTIGAS ORDENS RELIGIOSAS DO BRASIL, EXTINTAS NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL, Riolando Azzi . . . . .</b>	<b>110</b>
<b>LIVROS NOVOS Para Você Ler</b>	<b>124</b>

riência no plano pastoral, seja em nível nacional, seja regional. Coloca-nos diante dos olhos situações e perspectivas pastorais, nas quais nos encontraremos todos. Explicita perguntas que trazemos conosco em plano teórico ou que vivemos existencialmente em nosso dia a dia. Faz-nos sentir muito vivamente a fecundidade de alguns caminhos e o impasse de muitas práticas. Acena à redescoberta de valores perdidos a serem por nós retraduzidos hoje numa evolução de que todos somos artífices.

Uma ulterior reflexão sobre a mesma Igreja e sobre sua missão evangelizadora sugere-nos o problema tão fulcral das **vocações apostólicas** na Igreja. O Concílio Vaticano II fez com que todos nos sentíssemos IGREJA, o Povo de Deus. A mais de dez anos da sessão final do Concílio, conforta-nos descobrir esta consciência de ser Igreja em pessoas muito simples de nosso interior, para quem a Igreja já não são mais apenas os Bispos e os Padres. No entanto, não há negar que perdura muito ainda entre nós, precisamente os que de certo modo compomos o que se pode chamar a Igreja-Oficial esta marca clerical que nos faz pensar, ensinar e organizar o povo de Deus, em função quase

exclusiva de nossa visão de clérigos. Isto impede na Igreja a floração plena de uma ampla pastoral que corresponda mais à diversidade das vocações apostólicas do que à diversificação de ministérios que supram as atribuições do clero minguante.

A redescoberta das vocações apostólicas — pelo menos em suas manifestações mais fundamentais, Bispo, Presbítero, Religioso, Leigo — poderia ajudar-nos a traduzir na vida a Igreja que o Concílio nos fez entrever, una e múltipla, subsidiária e integrada. **Frei Fábio Panini, OFM**, de modo quase didático, nos ajuda aqui a aprofundar este problema. Logo adiante, **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.** focaliza mais de perto ainda esta vocação apostólica que é a **vida religiosa**. Embora escritos independentemente um do outro, estes dois trabalhos se completam e se iluminam mutuamente.

Por fim, prosseguindo no intuito de dar a conhecer um pouco do passado histórico da vida religiosa no Brasil, este número apresenta um novo artigo de **Rioldo Azzi** sobre as “Antigas ordens religiosas do Brasil extintas no período colonial e imperial”. Pensando no presente e no futuro, é sempre muito instrutivo um olhar para o passado.

**Pe. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.,**  
Presidente Nacional da CRB

# CARTAS DOS LEITORES

---

**ESTE ESPAÇO,  
LEITOR, É SEU.  
ESCREVA-NOS.**

---

I

**Nosso Deus é um Deus que faz maravilhas. Ele está renovando as maravilhas de que temos notícia pelo Livro dos Atos e as Cartas. Ele quer realizar por nós as mesmas obras de Jesus e até maiores.**

---

## **Renovação Carismática, docilidade ao Espírito**

---

Venho congratular-me com a direção de **CONVERGÊNCIA** pela abertura e interesse que demonstra pela renovação da Vida Religiosa e em especial da vida de oração. Ao publicar artigos como "A oração carismática" (maio 1976) e "Novas e renovadas formas de oração" (julho-agosto 1976) essa revista se mostra atenta ao sopro do Espírito, ao que o Espírito diz às Igrejas aqui e agora.

De fato, o fenômeno da Renovação Carismática na Igreja Católica e o do pentecostismo em geral é o

mais intrigante dos últimos tempos na Igreja de Cristo, dada a inusitada rapidez e profundidade de sua propagação, atingindo todas as camadas de fiéis, com frutos inconfundíveis do Espírito Santo. Ante a constância e a regularidade da transformação e extraordinário enriquecimento de vidas numa conversão em profundidade, manifestadas por uma profunda caridade fraterna, paz e alegria, amor à Sagrada Escritura e à Igreja, aprofundamento da vida sacramental, o engajamento ativo no serviço da Igreja, com real preocupação missionária de evangelização, um ecumenismo espiritual e prático que vem completar com oportunidade o ecumenismo doutrinário, várias conferências episcopais nomearam comissões para seu estudo, chegando a conclusões idênticas, corroboradas pelo próprio Santo Padre, de que se trata de uma "obra misteriosa e discreta do Espírito que é a alma da Igreja" (Paulo VI aos congressistas da Renovação Carismática em Grottaferrata, 1973).

A importância e o interesse do assunto é demonstrada pelas sucessi-

vas publicações de livros e artigos em jornais e revistas de todos os países. Revistas conceituadas fazem edições especiais sobre a Renovação Carismática. Para citar apenas algumas das mais recentes: JESUS CARITAS, n. 173, jan. 1974; ONE IN CHRIST, ano 10, n. 1-2, 1974; LA VIE SPIRITUELLE, n. 600, jan.-fev. 1974; LA VIE SPIRITUELLE, n. 609, julho-agosto 1975; LUMIÈRE ET VIE, n. 125, nov.-dez. 1975; FÊTES ET SAISONS, n. 301, jan. 1976.

Em 1976 já várias revistas publicaram estudos sérios sobre os multiformes aspectos da Renovação, especialmente quanto aos dons do Espírito Santo (carismas) que nela se manifestam, sua dimensão ecumênica efetiva, suas implicações psicológicas, etc. Assim, por exemplo, REVIEW FOR RELIGIOUS, vol. 35, n. 1, jan. 1976; LUMEN VITAE, vol. 31, n. 1, 1976; e, entre nós, GRANDE SINAL, dez. 1975 e março 1976. Os livros se sucedem, publicados entre nós pelas Edições Paulinas (Col. Caminhos do Espírito) e Edições Loyola (Col. Novo Pentecostes).

Tudo isto, e os grupos de oração que se multiplicam mostram que pelo menos não é prudente ignorar a importância e a seriedade da renovação da vida cristã que se está verificando em todas as partes numa redescoberta da plenitude da vida que o Senhor Jesus nos trouxe. Redescoberta da oração, especialmente da oração de louvor, vivida em conjunto na simplicidade e na maior espontaneidade; redescoberta da comunidade, onde se partilha

fraternalmente sua experiência pessoal de Deus e onde a oração de cada um alimenta a dos outros, onde se faz visível a experiência do Espírito pela caridade, o acolhimento e a alegria de todos; redescoberta dos carismas, como obra do Espírito em cada um daqueles que se abre a seu dinamismo e à sua ação transformante.

Para nós, religiosos e religiosas, que fazemos profissão de ter Jesus como nosso único Senhor e Salvador, e de estar abertos à ação livre e soberana de Seu Espírito, a Renovação vem trazer aquele completamente e aquela realização de nosso desejo fundamental de união com o Senhor, de docilidade e receptividade a Seu Espírito, esperança que motivou nossa entrada em religião.

Nosso Deus é um Deus que faz maravilhas e Ele hoje está renovando as maravilhas de que temos notícia pelo Livro dos Atos e as Cartas que nos foram deixadas para nossa instrução, mostrando, pela experiência, que as promessas de Jesus se cumprem e o Pai — pois que Jesus foi para Seu lado (Jo 14,12) — quer realizar por nós as mesmas obras de Jesus (e até maiores), a fim de que, vendo-as, os homens Lhe dêem a glória que Lhe é devida (Mt 5,2).

Muitos se intimidam diante das maravilhas de Deus; por isso congratulo-me com CONVERGÊNCIA pelo seu esforço de docilidade e receptividade ao sopro do Espírito de Deus.

**Dom Cipriano Chagas, OSB**  
(Benedictino)  
Rio de Janeiro, RJ

**María, como sinal privilegiado do amor de Deus, seu nome chega direto ao coração da gente. Edifica continuamente a Igreja. Reúne-a e mantém-na coesa.**

---

### **CEMA — Centro de Espiritualidade Marial**

---

Há quase dez anos venho acompanhando as iniciativas da C.R.B. no campo da promoção da Vida Religiosa. É de se agradecer a Deus tudo o que ela conseguiu, suscitou, corrigiu, aperfeiçoou e promete levar a cabo. Acho que, em última análise, à C.R.B. é que devemos o ter surgido em várias Comunidades um sincero desejo de entrarem em comunhão mais profunda e eficaz, no sentido de investigar juntas as riquezas de Cristo, contidas no carisma fundacional e na sua missão apostólica. Trata-se de um grupo de Congregações que, pelos fins do Congresso Marial de 1975, solicitou a nós, Irmãos Maristas, fundar um instituto de espiritualidade, que pudesse ajudá-las a descobrir “um novo espaço para Maria”.

A idéia caminhou rapidamente. Basta dizer que, após um ano de estudos e pesquisas, já se elaborou um ante-projeto do CEMA (é a sigla deste “Centro de Espiritualidade Marial”), liberou-se uma pessoa para coordená-lo diretamente e foi marcada, para o dia 11 de fevereiro de 1977, uma Assembléia Geral dos Provinciais interessados para dar início oficial aos trabalhos do CEMA.

Essa reunião terá lugar na sede do nosso Provincialato, em São Paulo, à rua Justo Azambuja 365, Bairro do Cambuci.

Por enquanto, sei de algumas Congregações que já aderiram oficialmente ao CEMA: os Servos de Maria, as Servas de Maria Reparadora, as Irmãs de Notre-Dame, as Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas), as Sacramentinas de Nossa Senhora, as Filhas do Coração Imaculado de Maria, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria, as Carmelitas da Divina Providência, as Missionárias de Jesus Crucificado, e, naturalmente as sete províncias brasileiras dos Irmãos Maristas. Esperamos ainda novas adesões.

Uma das finalidades deste novo Centro de Espiritualidade, talvez a principal, é revalorizar a vivência do carisma ou da inspiração marial de cada Congregação. Não só as Congregações de nome “marial” que receberam a graça de uma ligação especial com Maria no Corpo Místico de Cristo. Com esse objetivo, o CEMA vai procurar, na oração, no estudo teológico, no diálogo ecumênico e na própria ação apostólica, aprofundar o Mistério de Maria e sondar sua projeção em nossas vidas consagradas e em nossa missão junto ao Povo de Deus.

Ajudar a pastoral mariana nas diversas Igrejas locais, segundo a linha da **Marialis Cultus** de Paulo VI, eis outra meta em vista. Tentaremos elaborar uma “pedagogia mariana” com especial atenção à catequese infanto-juvenil, à pastoral das vocações, à piedade popular, à

animação litúrgica, à evangelização das famílias, etc. Formar "animadores" para esta perene atualização da devoção a Nossa Senhora será a grande tarefa do CEMA. Futuramente, seus ex-cursistas, se Deus quiser, poderão constituir núcleos de irradiação marial nas diversas dioceses que o desejarem. As perspectivas são esperançosas.

Como atividade principal estão previstas as SESSÕES MARIAS, ou seja, períodos de estudos, de convivência orante, de diálogo pastoral. Serão de dois tipos conforme a duração. **MENORES:** de dez a quinze dias. A primeira deste tipo está marcada para o mês de julho de 1977 em Veranópolis, RS.

**MAIORES:** de três meses. A primeira será em Belo Horizonte, MG, nos meses de setembro-outubro-novembro de 1977.

A dinâmica dessas sessões maiores de espiritualidade marial: no primeiro mês, os alunos se dedicam a uma fundamentação teológico-pastoral do conhecimento e da ação mariais. Veja as matérias para esse período: introdução à Sagrada Escritura, síntese antropológica cristã, síntese cristológica e eclesiológica, mariologia do Vaticano II, mariologia e magistério, história da mariologia e das manifestações do culto e da piedade marial, liturgia mariana, introdução à pastoral mariana. Ao mesmo tempo, haverá a preparação dos alunos para o estágio do segundo mês. Trata-se de um trabalho pastoral em comunidades religiosas, paroquiais, colégios, hospitais, etc., em forma de retiros,

conferências, programas radiofônicos, difusão da imprensa mariana, etc. O estágio poderá ser feito na própria Província Religiosa do candidato. Veja cada qual onde vai realizar sua ação. O importante é que esta ação integre as próprias atividades do Curso. É a formação na ação e pela ação.

O último mês, aprofundamento teológico, contará como matérias especializadas: Maria no Antigo Testamento, Maria na Catequese da Igreja Primitiva, Maria em S. Lucas e em S. João, Patrística Mariana, Dogma Mariano (Maternidade Divina, Virgindade, Imaculada Conceição, Assunção), Teologia Marial, Catequese Mariana, Espiritualidade Marial (Carisma Mariano, Maria e a Vida Religiosa, Piedade Popular e Maria, Devoção a Maria e Psicologia Religiosa, etc.).

Trata-se, você percebe, de um curso rápido de especialização mariológica, e não de iniciação teológica. Isto exige que os alunos tenham, no mínimo, um nível de estudos secundários e certo conhecimento de Teologia. Mas, o mais importante é mesmo que a pessoa tenha o carisma da devoção a Maria e um grande desejo de conhecê-la mais profundamente para torná-la mais amada em seu meio. Acho que são muitos os leigos, sacerdotes e religiosos(as) nessas condições. Como observava recentemente um membro de nossa Equipe Coordenadora do CEMA: "Maria, como sinal privilegiado do amor de Deus, seu nome chega direto ao coração da gente, edifica continuamente a Igreja, reúne-a e mantém-na coesa".

Creio que o CEMA vai ser um instrumento humilde e eficaz nas mãos de Maria para aumentar em nossa Províncias e na Igreja do Brasil aquele "ar de família" de Belém, de Nazaré e do Cenáculo, que revive em todas as épocas de renovação da caridade eclesial. Nessa convicção escolhemos como lema do Centro: "Com Maria, à escuta da Palavra, na docilidade ao Espírito!"

**Irmão Aleixo Maria Autran, FMS**  
(Marista)  
Belo Horizonte, MG

### 3

**É necessário que vitalizemos a Palavra. A fé vem pela Palavra. Retorna-se ao clima de Pentecostes: ao redor de Maria para refletir.**

---

#### **A Palavra, suscita, une, move os membros da Comunidade**

---

Atravessamos uma época em que a palavra se acha difusa desde os mais elementares até os mais complexos meios. A palavra é dissecada nos seus mínimos componentes. Teorias sobre teorias formam-se e multiplicam-se os estudos. A imprensa falada, escrita e visualizada é encarregada de colocá-la dentro da técnica mais atualizada. Neste ritmo de progresso, vemos a Igreja, no sacro dever de evangelizar, preocupada em acionar toda técnica ao seu alcance. É oportuna toda esta solicitude, pois, para muitos já existe a saturação da palavra, a

verborrêia desnecessária, complicando o destinatário na recepção da mensagem.

Todo este preâmbulo foi feito por uma razão. Estou regressando de uma reunião anual de minha Congregação. Foi com atenção e certo interesse que segui as explicações, discussões sobre este tema candente e atual: **A Evangelização no Mundo Contemporâneo**, exortação apostólica de Paulo VI. É uma tarefa espinhosa, difícil e necessária. É mais que nunca a Igreja tem o dever de usar dos melhores meios de comunicação para o anúncio da palavra! Confesso que me entusiasmei com as palavras do Papa.

Nas discussões em grupos, se procurou conhecer a realidade das comunidades, as falhas, suas potencialidades, novos caminhos a percorrer. Mas vejo em tudo isto o perigo de se falar demais, sem se ir à prática. Percebo a necessidade de se manter o diálogo fraterno entre irmãos, de se valorizar a palavra de cada um e suas atividades. A Igreja de hoje está caminhando cada vez mais para o mundo da reflexão e da ação. Para a elaboração do documento **Evangelii Nuntiandi** contribuíram a vivência da Igreja em meio às culturas e civilizações díspares, a reflexão pausada e diuturna dos bispos, do Papa e especialistas.

É consolador observar como este proceder de reflexão se estende aos diversos níveis da Igreja! Parece que se retorna ao clima de Pentecostes, quando apóstolos e discípulos se congregavam em torno de Maria para refletirem. E sua refle-

xão era ativa, amorosa na expectativa do Paráclito. Se nossa época está tão saturada pela palavra escrita ou falada, é necessário que todos nós vitalizemos a palavra. A fé vem pela pregação, isto é, pela palavra. Como podemos ensinar doutrina aos outros se não possuímos a fé autêntica?

A palavra nos segue no relacionamento diário, no encontro de cada irmão. Quantas vezes podemos testemunhar a fé, a presença do Espírito Santo em meio às conversas! A Palavra vem colocar Deus concretamente na comunidade. Em nome de Deus ela se reúne. Quantas e quantas vezes a comunidade pode renovar esta presença em seu meio! As reuniões marcantes em sua vida pelo diálogo fraterno atualizam a fé sob a inspiração do Espírito Santo. Este diálogo supõe a aceitação do outro como pessoa, capaz de comunicar seu rico mundo interior, suas próprias experiências e mesmo os fracassos.

Quantas comunidades se realizam à luz da caridade de Cristo porque sabem acatar a palavra interior, "inspiração divina" que une, suscita, move seus membros para a ação. Mas existem comunidades fatigadas pelos encontros ineficazes. Necessário é refletir porque a Palavra de Deus não tem sua eficácia entre seus membros. A palavra é expressa pelo evangelizador e deve atingir o seu termo, o destinatário. Por isso, a palavra deve estar cheia de fé, de amor e deve ser evidenciada por sinais claros do pregador sincero, convicto, crente.

Palavras distanciadas do texto bíblico, palavras que refletem o "eu"

do evangelizador, obscurecem a mensagem de Deus. A palavra de Deus, nas igrejas ou pequenas comunidades, deveria inspirar o ambiente de família e religioso. Espírito de família, enquanto os que se encontram se sentem felizes de se reverem depois da jornada semanal ou diária. Enquanto as palavras, os gestos, as atitudes, afinal, o conjunto contribui para tal.

A palavra de Deus deve inspirar o ambiente religioso, enquanto contribui para a comunidade se reunir, para se encontrar com Deus pelo amor, pela prece, pelo respeito e pela participação no culto. Do encontro de cada membro com sua comunidade deveria surgir novo e redobrado entusiasmo para as lutas do dia-a-dia. A violência dos "Filhos de Deus" é a ação da graça divina nos corações de boa vontade, é a mudança de atitudes, é a influência divina nas ações, nas inspirações, nos ideais.

A palavra de Deus deve inquietar os corações dos que a ouvem e dos que a praticam. Foi o que aconteceu com o apóstolo Paulo no dia de sua conversão. A palavra divina transbordou de todo seu ser e inquietou-o sobremaneira. Ele teve de se render à evidência, à graça do Cristo Ressuscitado. É preciso viver interiormente a palavra para exteriorizá-la na sua eficácia, através da vida e proclamação oral. Esta proclamação deve atingir o destinatário e movê-lo do seu interior para a ação. "Porque a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais penetrante do que espada alguma de dois gumes, e penetra até à divisão da alma e do espírito, e das juntas e

medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração” (Heb 4,12).

Fiquei entusiasmado com a reunião dos Religiosos Salesianos de minha Província. Pude concluir muita coisa. Por exemplo:

1. É preciso estarmos em contacto contínuo com o texto sagrado. É preciso descobrir no acontecimento bíblico de ontem o fato que acontece hoje e agora. Sublinha-se, então, o elo do presente com o passado, do profano com o divino, do homem com o seu Deus.

2. É preciso considerar o destinatário. Ele pode ser um angustiado, um medroso, um desorientado. Tem necessidade de conforto, de segurança, de orientação, de evangelização. É preciso conhecê-lo para comunicar-lhe o patrimônio de fé existente na Igreja.

3. Com coragem, sem preconceitos, com eficácia, revejamos os métodos empregados até o presente, para que o homem de hoje receba a mensagem do evangelho em toda a sua plenitude.

4. O planejamento pastoral deve partir das reflexões sobre a “*Evangelii Nuntiandi*”, com a comunidade reunida ou mesmo individualmente. Não foi assim que os apóstolos fizeram antes de suas pregações? São Paulo não foi para o deserto, antes de se decidir pelos pagãos ou pela pregação? Como um pregador pode ser eficiente, como uma comunidade pode evangelizar bem, sem um objetivo comum, claro, metas definidas, métodos adequados e bem escolhidos?

5. Cada pessoa deve sentir necessidade de comunicar o evangelho. Por isso, padres e religiosos não devem esperar que lhe peçam para evangelizar. Procurem descobrir a vontade de Deus e o seu campo. Para longe a desconfiança, a incerteza, a insegurança. O Espírito falará por nós. É preciso reconhecer a presença, a influência, a eficácia evangelizadora dEle em nosso meio.

6. É claro que o destinatário de nossa missão é o mundo inteiro. No entanto, não esqueçamos os pobres, os mais bem dispostos, que devem ser o objeto principal de nossos cuidados. Com eles deve-se repartir o **munus evangelizandi**, de modo a se atingir os que desconhecem Cristo, as crianças, os simples, os intelectuais, os não-cristãos, os ateus, os não-praticantes.

7. É necessário um conhecimento mais aprofundado da religiosidade de nosso povo, desde a mais elementar até a mais complexa. Em seguida, selecionar o que é válido, verdadeiro para a evangelização.

8. Finalmente, quando todas as comunidades estiverem conscientizadas de sua implicação no “*Ide pelo mundo inteiro...*” e partirem para a ação de verdadeiros apóstolos, poderemos consciente e alegremente estar ao lado do Cristo que veio curar e sanar a humanidade de seus males espirituais e físicos.

**Pe. Fernando Rodrigues, SDB**  
(Salesiano)  
Goiânia, GO

---

---

# ESPAÇO DO REDATOR

---

---

**Alguma coisa morre dentro do homem quando ele deixa de ampliar as suas fronteiras, avançando sobre o desconhecido. Estamos voltados hoje para duas fronteiras: a do espaço exterior e a do nosso mundo interior, vasta região de que dispomos apenas de esboços e de mapas.**

---

## AO NÍVEL DO ESPIRITUAL

---

### I

#### PARA MEDITAR

**Não temais** (Lc 5,10). Nossa conversão tem sempre algo de pavor do juízo final. O arrependimento de qualquer pecado toca, de alguma maneira, os extremos: Deus a quem o pecador se converte. O absurdo, a maldição, o inferno em direção ao qual o pecado nos arrastara. "Pedro caiu aos pés de Jesus e exclamou:

Retira-te de mim, Senhor, porque sou pecador" (Lc 5, 8). Pedro é o primeiro na fila interminável dos pecadores. **Cristo veio chamar os pecadores** (Lc 5, 32). É indizível a alegria de Deus pelo pecador que se converte (Lc 15,7). Profeta é quem vive na sua existência a dor e a alegria de Deus com seu povo. Cristo, senta-se à mesa dos pecadores (Lc 5, 30.37.39). Pedro nem é um santo feito nem um homem muito extraordinário. Assim é Você também. Assim somos nós. Extraordinários são a graça de Deus e a amizade de Jesus.

**Deixaram tudo e o seguiram** (Lc 5, 11). É o que nós Religiosos precisamos fazer. Nem pobreza nem ri-

## RETIRO: FATO COMUM QUE SEMPRE IMPRESSIONA

queza impressionam a Deus. Deus não quer nossos bens nem nossos sacrifícios. Ele nos quer a nós mesmos. É impraticável, porém, uma disponibilidade total para Deus sem um desapego real de muitas coisas e de si mesmo. A íntima estrutura, a estrutura ontológica do homem requer isto. Não posso dispensar de afirmar o meu ser e os seus últimos e íntimos imperativos, como a verdade e a felicidade. Na posse de bens e do amor humano, tenta-se saciar esta tendência infinita.

O leigo, no meio das alegrias e das lutas, sucessos e contratempos, quer ser fiel à sua vocação cristã. Quer aprender o paradoxo da cruz em meio à esperança. O desapego em meio à conquista do mundo. "Os que têm mulher sejam como se não as tivessem. Os que se alegram como se não se alegrassem. Os que compram como se não comprassem" (1 Cor 7,30).

Muito mais nós, religiosos e religiosas, fascinados pela vitória definitiva do Reino devemos entender que sem desapego real e visível, somos suspeitos de defender nossos interesses e os interesses de nossa classe. Deixando a segurança de uma profissão, abdicando do consolo de possuir muitos bens, renunciando às vantagens de uma carreira, renunciando ao direito de pertencer a uma só pessoa, ficando livres para o serviço de todos, precisamos tornar visível a incomparável e fascinante descoberta da vida em companhia do Senhor Jesus e o entusiasmo por sua obra tão divina e tão humana.

"Não temais! Doravante sereis pescadores de homens!"

Cada mês fazemos o retiro. Cada trimestre, outro especial. Cada ano, o grande retiro. Na minha Congregação (com segurança, na minha Província) é assim.

Apesar das vertiginosas mudanças e acelerações da vida, o homem precisa sempre de um encontro consigo mesmo, com seu destino. Ele não suporta viver sempre correndo. O Senhor Jesus nos deu o exemplo retirando-se para descansar, para rezar. A tentação de deixar o silêncio e a solidão e perder-se no torvelinho da agitação está sempre nos rondando, apoiada nas razões mais díspares.

Alguma coisa morre dentro do homem quando ele deixa de ampliar as suas fronteiras, avançando sobre o desconhecido. O mistério excita e fertiliza a nossa mente. Examinem-se o sucesso dos romances policiais, a imaginação criadora dos textos de Bradbury e Arthur Clarke. Estamos voltados hoje para duas fronteiras: a do espaço exterior e a do nosso mundo interior, vasta região de que dispomos apenas de esboços e de mapas. Retiro, e o seu silêncio, a seiva mais fecunda nas raízes de nossa personalidade religiosa. Um dos pontos nevrálgicos para mantê-la. Sabe agir quem sabe calar e ouvir o Senhor. Cada retiro é balanço que aquilata os tempos vividos. É um avivar a linha central que dá unidade e coerência às nossas idéias que vão se materializando nos acontecimentos.

---

## AO NÍVEL DA INFORMAÇÃO - I

---

### I

#### OBJETIVOS DA CRB

Objetivos são metas propostas e que se quer alcançar. Os homens e as instituições têm objetivos imediatos e objetivos permanentes. Uns não excluem os outros. Para atingí-los traçam-se estratégias resultantes da leitura e da análise dos dados da realidade. Juridicamente, diz o primeiro artigo do capítulo primeiro do ESTATUTO da CRB: "A Conferência dos Religiosos do Brasil é uma sociedade civil... com a finalidade de promover e animar a vida religiosa no Brasil e coordenar as atividades que visem este OBJETIVO".

**Promover, animar e coordenar a vida religiosa.** A CRB nunca pensou em formular ou montar uma espécie de pronto-socorro para a vida religiosa, isto é, uma obra circunstancial, uma preocupação momentânea, incapaz de durar mais do que as contingências que a tenham ditado. Pelo contrário, buscou-se algo que pudesse servir à Vida Religiosa ao longo do tempo. Conceber, projetar e realizar para o futuro ouvindo a vida e a experiência de todos. Dirigir o olhar para o futuro é um traço específico de quem crê, através de todas as esperanças terrenas, num futuro superior, absoluto. Nesta perspectiva a Vida Religiosa aparece como forma capaz e privilegia-

da de edificar aqui e agora este mesmo futuro.

Nestes últimos anos, o vigor da vida religiosa foi seriamente desafiado. A CRB procurou fazer frente a estes desafios, traçar pistas para soluções que respeitassem as gerações futuras, extrair dos próprios desafios material para novos atos de criação, mostrando uma grande habilidade em fazer trabalhar juntos os religiosos. O homem não nasceu só para viver, mas sobretudo para conviver.

Os entendimentos multilaterais fortalecem e expandem cada participante. Reduzem a vulnerabilidade individual. Capacitam para emergências. É indispensável a união de todos para se buscar juntos. As situações novas nos obrigaram a todos, a percorrer tateando novos caminhos, a arriscar-nos em novas experiências e realizações inseguras, a deixar ou transformar as obras que já não respondiam mais às necessidades de hoje. O momento desafia definições precisas. Necessitamos comunicar os resultados, estudar as condições, refletir sobre o modo de traduzir em concreto nosso carisma numa linguagem intelegível e de impacto para o homem atual.

Na promoção, animação e coordenação está a marca de um esforço de integração, fugindo à imagem de uma formulação sofisticada de vida religiosa, fruto de raciocínio solitário. Um homem só corre o risco certo do fracasso. O caminho da libertação, isto é, de todo ato que leva a ser mais e, conseqüentemente, poder mais, amar mais, ter mais, é sempre solidário.

## TRÊS PERGUNTAS

— **Aponte para mim uma preocupação da CRB?**

Uma só. Fazer chover nas cabeceiras, contribuir para engrossar e vitalizar o caudal das novas gerações e assim contribuir para assegurar à Vida Religiosa de cada Instituto, Ordem ou Congregação, maior prosperidade, maior qualidade. Religiosos plenamente conscientes.

— **Por que tanto Cursos promovidos pela CRB?**

Sinto serem escassos os recursos financeiros da CRB, o que impossibilita serem mais numerosos os seus Cursos. Para uma instituição que pretende evoluir com um mínimo de segurança, uma sólida estrutura educacional é ponto obrigatório de passagem. A formação do religioso responsável, criador, capaz de pensamento crítico, é o objeto de todos os cursos que a CRB promove. E depois: a intercongregacionalidade destes cursos garante a ampliação de uma ótica restrita, ou provincial, paroquial que pode viabilizar o comprometimento do futuro. Cada Congregação precisa ser defendida como um todo e encarada como uma entidade definida, felizmente sempre em construção, em aprimoramento.

— **O que é a ELO-Cooperação e Integração?**

Respondo, brevemente, citando o artigo primeiro do capítulo primeiro do seu ESTATUTO. Como Você sabe, este artigo e este capítulo caracterizam juridicamente uma pes-

soa jurídica. "ELO-Cooperação e Integração é uma sociedade civil com a finalidade de promover e animar a atuação, no Brasil, das instituições religiosas, assistenciais, culturais e filantrópicas em geral, em ordem à prossecução de seus objetivos institucionais".

Em outras palavras: Ninguém é uma ilha. De todos se exige intercâmbio. Participação. É indispensável a colaboração de todas as forças vivas para tornar em concreto a CRB economicamente viável e operacionalmente estável. A CRB espera o seu apoio acompanhado de convicção. A CRB crê na continuação de seu apoio.

---

## AO NÍVEL DA INFORMAÇÃO - II

---

### I

#### SEMINÁRIOS DA CLAR

A Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR) está com este programa definido para 1977: SEMINÁRIO DE QUITO para formadores. De 30 de maio a 26 de junho. SEMINÁRIO DE LIMA para religiosos que trabalham na pastoral educativa e na pastoral de marginalizados. De 13 de junho a 16 de julho. SEMINÁRIO DAS ANTI-LHAS INGLESA para Superiores. De 11 de julho a 6 de agosto. SEMINÁRIO DE SANTIAGO DO CHILE, para Superiores Maiores (Provinciais). De 11 de outubro a

11 de novembro. SEMINÁRIO DE HAITI para Superiores Maiores (Provinciais). De 28 de novembro a 17 de dezembro.

**2. CARACTERÍSTICAS.** Estes Seminários acima indicados e outros que a CLAR promove se caracterizam por uma **Metodologia Ativa** que compromete os participantes na busca e no aprofundamento dos caminhos mais autênticos da vida religiosa; uma **Vida de Oração Comunitária** centrada na Eucaristia e na escuta da Palavra do Senhor; uma **Experiência de vida fraterna** que enriquece os religiosos dos diversos países e Congregações. Cresce o apreço pela vida consagrada e pelo ideal de servir aos nossos povos, cujo conhecimento é aprofundado durante os Seminários.

**3. OBSERVAÇÕES.** Preço de cada Seminário, incluindo apenas: hospedagem, pensão e material de trabalho: US\$ 350,00 (trezentos e cinquenta dólares). Não se inclui a viagem, nem de ida nem de volta. **ENDEREÇO:** Para qualquer comunicação ou informação: Secretário Geral da CLAR. Apartado Aéreo 90.710 — Calle 78 / 1216 BOGOTÁ — Colômbia.

## 2

### UMA SÓ PERGUNTA

— **Para que servem os Seminários que a CLAR promove?**

Certamente, os Seminários da CLAR contribuem para:

◆ **Uma maior disponibilidade e compromisso** com a Igreja em sua dimensão pastoral; com a Vida Religiosa e a própria Congregação; com a realidade latino-americana; com os pobres em particular; com as Conferências Nacionais de Religiosos.

◆ **Animar a renovação da Vida Religiosa e a conversão pessoal**, pelo desenvolvimento da consciência crítica; pela mudança de mentalidade; pela revalorização da Vida Religiosa e da própria Congregação.

◆ **Criar uma fraternidade alegre e enriquecedora na partilha das experiências.**

◆ **Para fomentar uma sensibilidade nova para a planificação e avaliação.**

---

## PARA TERMINAR

---

— **Vale a pena ser religioso?**

Resposta livre, como decisão existencial do homem: VALE. A angústia, o desespero, o medo, a insegurança são gerais por aí. É preciso denunciá-los e lutar contra para ser fiel a um espírito: o espírito de construção. Se pode haver formas plúrimas de fazer florescer este espírito, vou eleger uma por ser congenial ao religioso: a fé, mesmo quando o somatório das criaturas e das situações se revele uma bruta irracionalidade crescente. Pode crer, no final, nosso saldo é de alento e de esperança. Há razão para tentar prosseguir e sorrir.

# **PRÁTICAS EVANGELIZADORAS DA IGREJA HOJE. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PASTORAIS**

**Pe. Luiz Colussi**

Certamente a tarefa de evangelizar foi sempre uma questão central na vida da Igreja nos seus 20 séculos de existência. Analisada com atenção, poderíamos dizer que a história da Igreja se tece ao redor desta questão. A problemática da evangelização marca os momentos de maior consciência da Igreja, desde o Concílio de Jerusalém até a "Evangelii Nuntiandi".

Em cada época a questão se apresentou em diferentes graus de in-

tensidade; foi considerada sob ângulos diversos; recebeu distintas respostas. Poder-se-ia discutir se a Igreja sempre encontrou a melhor resposta à questão. De qualquer maneira, essa questão sempre esteve presente e marcou as etapas da história da Igreja, pois a tarefa de evangelizar, isto é, de anunciar a boa-nova de Jesus Cristo aos homens de todos os tempos e de todos os lugares, constitui a própria razão de ser da Igreja e o critério básico de toda a sua ação.

## **1. Indefinição doutrinária, pano de fundo do problema da prática evangelizadora da Igreja hoje**

Que é a Igreja? Qual sua missão? Que é Evangelizar?

Essas três perguntas, uma vez satisfatoriamente respondidas, proje-

tam luz fundamental sobre os rumos da ação pastoral. Se, pelo contrário, não houver uma clareza básica quanto a elas, o campo da ação se ressentirá profundamente. Ora, nada disso está muito claro no conjunto da Igreja entre nós. Talvez esteja claro na mente dos teólogos, mas certamente não está na mente dos agentes de pastoral e do Povo de Deus.

### 1.1 — Indefinição quanto à natureza e missão da Igreja

**Ao nível dos agentes de pastoral.** São muitas as reuniões de que tenho participado onde o assunto "natureza e missão da Igreja" não foi nada pacífico. Quantas vezes saímos de reuniões com a nítida e amarga impressão: não temos a mesma visão de Igreja!

Isso existe entre nós e só não é uma situação gravíssima porque todos estamos interessados na unidade, como sinal da presença do Senhor na Igreja. Fica porém a pergunta: terá futuro a unidade se não a garantirmos ao nível da questão: natureza e missão da Igreja? De qualquer forma, essa indefinição está gerando tensão e, o que a meu ver é pior, gera desânimo nos agentes de pastoral.

Sem sombra de dúvida, aqui reside um dado fundamental do problema da prática evangelizadora da Igreja entre nós, a indefinição doutrinária sobre a natureza e missão da Igreja ao nível dos agentes de pastoral.

Não se trata, evidentemente, de sonhar com uma uniformidade pastoral esterilizadora. Longe disso. Trata-se sim, de uma unidade de visão do que é Igreja. Isso viria trazer uma distensão salutar e necessária para trabalharmos com a liberdade própria dos filhos de Deus, sem desgastes, próprios de uma situação de confusão. Mais do que isso: uma unidade básica quanto à natureza e missão da Igreja traria uma contribuição de segurança para o trabalho pastoral, já por si só difícil e perigoso, se realmente for evangelizador.

**Ao nível de povo.** A esse nível a reação é sempre lenta, mais implícita e pouco consciente. Costuma-se dizer que ao povo pouco interessam os problemas doutrinários da Igreja. É verdade que, amiúde, vemos o povo preocupado apenas por aspectos superficiais e secundários da vida da Igreja. Entretanto, seria grave minimizar no povo sua capacidade de perceber o pano de fundo doutrinário da ação e da vida da Igreja. Pelo menos, a longo prazo.

### 1.2 — Indefinição em relação ao que é evangelizar

a) Em que consiste a boa-nova trazida por Jesus Cristo aos homens de todos os tempos?

Ninguém de nós será tão ingênuo a ponto de pensar que o Evangelho seja entendido por todos. Em que consiste a mensagem de Jesus Cristo? Que visão do mundo ele

veio trazer para os homens de todos os tempos? Se nos submetêssemos a um teste com esta pergunta ao nível do povo em geral, encontraríamos uma percentagem alta de pessoas que pouco saberiam responder. Não só seria pobre a resposta, senão que seria variada, isto é, nem todos entendem a mesma coisa em relação ao que chamamos de núcleo da mensagem de Jesus Cristo.

Clarear isto à hierarquia e à toda a Igreja é tarefa específica e básica dos teólogos. Pessoalmente, penso que os teólogos deveriam ser muito mais unidos e mais fortes em torno de temas centrais da vida da Igreja como, inegavelmente, é este. O que a nós, pastoralistas, cabe é sentir isso como uma necessidade de vida ou morte para a Igreja, como um desafio. Por conta desta inclareza sobre o que é o núcleo da mensagem de Jesus Cristo, existe muito trabalho pastoral que, a meu ver, não revela uma Igreja preocupada em evangelizar.

## **2. Ação pastoral como manutenção de um esquema tradicional**

### **2.1 — Renovação e Evangelização**

Sem negar valores a todo o trabalho pastoral que sempre se desenvolveu na Igreja, creio poder afirmar, tranqüilamente, que o nosso atual esquema é fraco do ponto de vista da evangelização. Como poderia ser um esquema coeso, agressivo do ponto de vista da evangelização, se em sua base há tanta confusão? Se analisarmos a prática pastoral, veremos que a afirmação se confirma. Analisemos as nossas

### **b) Que é evangelizar?**

A partir da compreensão do que é o núcleo do Evangelho, como operacionalizá-lo? Isto é, como agir para fazê-lo presente em cada tempo e em cada lugar? Que tipo de ação isto impõe à Igreja comprometida com o Evangelho? Que tipo de ação faz da Igreja um púlpito de anúncio da mensagem de Jesus Cristo? Por onde a Igreja deve entrar para ser presença da boa-nova sempre e em toda a parte? Mais que isto: que tem que ser a Igreja para tornar-se uma experiência da boa-nova? Este ser a Igreja uma experiência da boa-nova é muito mais que só preocupar-se em fazer atividades que sejam evangelizadoras e vale tanto para a sustentação dos que são cristãos como em relação à sua missão de fermento para a humanidade não-cristã. Há muitas situações, propriamente de faixa interna, que não são evangélicas. Talvez, precisamente por isso, não somos sinal de nada para muitos.

paróquias que, bem ou mal, são a base do trabalho da Igreja.

Que vemos nelas pelo qual se possa dizer: Aqui está um púlpito de evangelização? É certo que em todas elas houve e vem havendo muita renovação. Mas renovação em base a quê? Que tipo de renovação? Renovação tipo uma Igreja mais arrumadinha, com uma liturgia mais bonita, com uma catequese mais organizada e pouco mais. Mas isso será suficiente para fazer de

uma paróquia um púlpito de evangelização? Poder-se-ia dizer: haverá muita diferença entre uma paróquia que se preocupa em ser anúncio da boa-nova e uma paróquia que se ocupa em renovar liturgia e catequese? Penso que, antes de concluirmos nosso trabalho, essa pergunta terá merecido alguma consideração.

## 2. 2 — Algumas características do esquema tradicional

a) É uma **pastoral seletiva**. A quantos atingimos com nossas paróquias, colégios, etc.? Dez ou quinze por cento? E os outros 90 ou 85 por cento? Quem sabe, os 10 ou 15 por cento sejam anúncio da boa-nova para os outros? Terão as nossas paróquias condições para dar uma formação e acompanhamento suficientes para que isso aconteça? A realidade é mais que suficiente para desmenti-lo.

“Nossas paróquias são um conjunto complexo e absorvente. Não dão lugar a um trabalho em profundidade, mas sobrecarregam nossos padres e outros agentes da pastoral com mil superficialidades que não permitem algo realmente novo e mais profundo” (testemunho de um pároco).

b) É uma **pastoral sem objetivos claros**. Não há uma definição. Por que não surgem iniciativas novas, distintas do que sempre fizemos? Por que não fazemos mais que fundar uma nova paróquia, um novo colégio? Parece que o que a Igreja faz é levar adiante um esquema organizativo de séculos. Não será o repouso num esquema multissecular,

em vez de viver da pergunta: que temos que ser e fazer para ser anúncio da boa-nova aqui e agora?

Um dos maiores problemas que vivemos na prática pastoral é o fato de uma diocese não ter uma definição, uma linha pastoral. Tudo é igualmente importante, nada surge de novo. Só o rigor de objetivos claros e fortes garante a novidade, a continuidade e a multiformidade ordenada.

c) É uma **ação voltada para o aspecto religioso** da vida do homem. Analisando bem, o esquema tradicional da pastoral é, antes, a organização de uma religião, com muitos dos pecados de religiões pagãs, até mesmo o da alienação... Ora, isto significa ser a presença do Evangelho aqui e agora? Quantas vezes ouvimos: para que se meter no que não é estritamente religioso? É o esquema. Não que o religioso não tenha valor do ponto de vista da evangelização, mas quando acorrenamos a Igreja a um esquema simplesmente de organização do aspecto religioso da vida do homem, quem não vê que isto não coincide com o Evangelho? Quem não vê que sua força de fermento da humanidade se enfraquece enormemente? Dir-se-á que muitas paróquias têm obras de promoção humana em vários campos. Sim, mas, considerando as que têm: em quantas, essas obras ocupam o coração da paróquia?

d) É uma **pastoral sem grande exigências novas**. Basta conhecer o esquema. Não exige estudos novos, por exemplo, o estudo da realidade. Que criamos em 20 séculos na li-

nha de instrumental de análise da realidade? O esquema não exige isto. Por exemplo, método da ação pastoral. Quem ouviu falar nisto? Ora, sem o conhecimento da realidade, será possível uma pastoral encarnada? Será possível algo novo? Será possível a continuidade?

e) É uma **pastoral que não promove a participação** a nível de povo. Alguns por todos. A grande maioria não tem participação alguma. É uma pastoral para o povo e não com o povo. Será possível motivar alguém em profundidade para um compromisso permanente com a Igreja por outro caminho que não o da participação? Será possível o engajamento dos leigos?

f) Sua **preocupação fundamental é instruir** o povo nas verdades da Revelação e não organizar o povo, na suposição de que basta instruir o cristão para que viva como tal.

Nesse contexto veio o vento da renovação. E nos lançamos a ela: uma liturgia melhorada em vários aspectos, uma catequese renovada; tentamos substituir alguns movimentos por outros. Melhoramos o esquema mas permanecemos no esquema de mero atendimento religioso. Esquema fraco do ponto de vista da tarefa de evangelizar.

### **3. A preocupação pelo homem, ponto de partida para uma mudança qualitativa da ação pastoral, em direção a uma Igreja evangelizadora**

#### **3.1 — Uma mudança qualitativa**

No acontecer do Concílio Vaticano II há um dado muito importante

São muitos os que se perguntam: melhoramos muita coisa, mas que conseguimos com isso em termos de uma Igreja púlpito de evangelização? Tudo isso foi um passo. Foi bom, não há como negá-lo. Um passo como muitos outros que a Igreja fez antes de nós. Agora, trata-se de perceber que esta é a hora de um novo passo. Parece necessário não apenas renovar mas inovar. Parece que o próprio esquema tem que ser mudado. Tudo isso não satisfaz. Portanto, trata-se de um salto qualitativo na ação pastoral e não apenas quantitativo. Algo global e não apenas neste ou naquele setor da vida da Igreja.

Por onde vai esse passo? Mudar de quê, em direção a quê? Que é o "novo" na ação e organização pastoral para que a Igreja, no seu conjunto, seja anunciadora da boa-nova de Jesus Cristo aqui e agora? Qual o veio pelo qual entra esse "novo"? O veio (não os detalhes), ou seja, aquilo que pode ser assumido por todos, em qualquer frente de trabalho, seja a paróquia, seja o colégio, seja os religiosos, seja os ministérios, seja os movimentos, organizações ou instituições supra-paroquiais, seja uma diocese, seja as iniciativas ocasionais como, por exemplo, os pronunciamentos da hierarquia, etc. Por onde vai esse "novo"?

em direção a esse assunto, Igreja presença da boa-nova de Jesus Cristo no meio dos homens. É a guinada que o Concílio teve no momen-

to em que apareceu a idéia que resultou na constituição "Gaudium et Spes".

Todos nós sabemos que o Concílio, ao iniciar, tinha diante de si 72 assuntos. Os Padres Conciliares iniciaram os trabalhos pelo estudo de um desses temas, como se fossem tratá-los todos, um por um. Assim, começou o estudo da Igreja que, depois, resultaria na "Lumen Gentium": a Igreja, sua natureza, sua riqueza interna; a Igreja considerada como algo em si. Continuando essa linha, veio a "Sacrossantum Concilium" — a liturgia — um aspecto da riqueza da Igreja, considerada em si mesma. No final da Primeira Sessão, aconteceu algo de um alcance, a meu ver, muito grande em direção a uma Igreja anúncio da boa-nova de Jesus Cristo: foi a idéia (nova) de não considerar a Igreja como algo em si e sim como em relação ao mundo, ao homem.

Esta relação Igreja-Mundo deixou de ser algo vago e, até diria, secundário, passando a integrar o próprio coração da riqueza interna da Igreja, de sua natureza e de sua missão. O homem concreto, em situação, todas as realidades da sua vida, quer individual, quer societária, quer estrutural (Medellín, Sínodo dos Bispos/74). Essa preocupação pelo homem é o que muda os rumos da pastoral, o rumo de uma paróquia, de um colégio, de uma diocese, de tudo. Isto precisaria ficar bem claro. Uma Igreja que não revele ao mundo preocupação pelo homem, na globalidade de sua vida, é uma Igreja que não tem grandes

condições de ser anúncio da boa nova de Jesus Cristo.

A preocupação pelo homem, por condições melhores de vida, na perspectiva de um aqui aberto para a transcendência, tornada concreta em iniciativas, as mais variadas, faz da Igreja fermento da humanidade e é, a meu ver, o anúncio fundamental da boa-nova para o homem de hoje. Isto faz surgir uma Igreja Nova e não apenas renovada. Claro que isso é tarefa bem mais difícil que renovar liturgia e catequese. Claro que, a partir disso, temos que começar a nos preocupar com muitas coisas que, antes, não nos preocupavam. Claro que a tentação de ficar com o esquema de mero atendimento religioso ou de voltarmos a ele é permanente.

### 3.2 — Algumas características de uma ação pastoral evangelizadora

a) Começamos a **estudar o homem**, como indivíduo e como sociedade. Que valores há em sua vida à luz do Evangelho? Quais as suas cadeias? Por onde um grupo de homens nos permite entrar? Qualquer interesse, qualquer carência é porta de entrada. Tudo interessa à pastoral. O que importa são três coisas:

◆ Entrar pelos valores, carências e interesses dos homens, entendê-los e torná-los entendidos por eles; fazer entender os anti-valores.

◆ Valorizar tudo o que há de bom como valores evangélicos.

◆ Tentar abrir para outros valores que o Evangelho revela e que ainda não estão na vida dos homens; infundir esperança.

Numa palavra: intaurar um processo em que os homens entendam o sentido de transcendência da sua vida e ajudá-los a se organizar solidariamente nessa direção.

b) Começamos a nos **preocupar com prioridades**; já não é tudo igualmente importante: o que traz esperança é prioritário; o pobre é prioritário; a organização do povo é prioritária; sua libertação solidária é prioritária; a pedagogia da leitura da salvação em andamento na vida de cada um e do conjunto é prioritária.

c) Começamos a nos preocupar com **método na ação pastoral**. Método que promova a participação de todos é indispensável. Ação com o povo e não para o povo; uma ação que eduque ao espírito comunitário porque faz participar. Igreja tem que ser experiência radical da fraternidade em base à igualdade

radical dos homens. Não será possível a convivência fraterna em estado puro, mas é muito mais possível do que pensamos. Basta desenvolver uma ação que os eduque. É a participação. Se perdermos a confiança na Igreja no sentido de que ela seja capaz de educar para a consciência sem luta de classes, à luz do Evangelho, não estamos em condições de assumir um trabalho pastoral.

d) A **análise da realidade** é uma necessidade de primeira ordem. Ela nos diz por onde se pode começar e por onde prosseguir uma ação com o povo. Análise da realidade ao nível do povo. Ele precisa sentir sua realidade local e global para poder caminhar na história.

e) Com isso, a **religião passa a ser uma dimensão de vida, a fé a base de toda a vida**. Religião e vida alcançam a integração.

#### **4. Sobre a base da preocupação pelo homem, que tem que ser comum a todos e a tudo na Igreja, muitas iniciativas novas e distintas poderão surgir na linha de uma Igreja anúncio da boa-nova**

a) Surgirá uma **liturgia nova**, onde a vida dos homens, com seus valores e suas cadeias, terá lugar e sentido; onde a luta dos homens pela libertação solidária recobrará continuamente apoio e esperança. Será uma liturgia-anúncio da preocupação da Igreja pelo homem. Será o louvor verdadeiro e pleno dos homens ao Senhor. Se analisarmos a nossa liturgia, tal como acontece nos nossos grandes templos — mesmo uma liturgia renovada — em que

medida ela celebra a luta dos homens por uma libertação global e solidária? Em que medida ela significa esperança na caminhada de uma salvação que envolve a vida concreta dos homens? Então, que anúncio é para o mundo o fato de os cristãos se reunirem, sempre de novo, nas nossas igrejas? Aceitaremos que uma realidade tão importante como a liturgia não seja anúncio da boa-nova nem para os que participam, nem para o mundo todo?

b) Surgirá uma **catequese nova**, com conteúdos seguramente novos onde o objetivo, quem sabe, não seja tanto conhecer a Deus senão educar o cristão a amar o plano de Deus em relação ao mundo de Deus. Uma catequese nova, com métodos novos, porque enraizada no conhecimento da realidade da vida global dos homens, onde se trava a luta pela salvação. Uma catequese assim poderá ser percebida pela humanidade como anúncio da boa-nova de Jesus Cristo.

c) Surgirão **movimentos e grupos novos** que, assumindo mais radicalmente este ou aquele aspecto da vida segundo o Evangelho, produzirão o impacto profético que o povo sempre precisa ver encarnado em alguém para não parar. Situa-se aqui também o carisma da vida religiosa.

d) Surgirão **organismos e instituições novas** para responder às necessidades do momento. Serão instrumentos ágeis e provisórios, sem o pecado de muitas de nossas instituições que, uma vez cessada a necessidade, ainda temos que continuar mantendo porque não é fácil desfazer-se delas. Veja-se, por exemplo, no campo da educação. Quantos dos nossos colégios, quando os fundamos, eram uma necessidade da população. Então, o fato de a Igreja fundar um colégio foi um sinal de preocupação pela vida dos homens; essa preocupação foi anúncio da boa-nova. Depois, em muitos casos, a situação mudou. A população passa a estar servida de colégios suficientes. Então, o colégio da Igreja perde na população a originalidade da preocupação pelo povo que teve ao início. Isto, a meu ver,

esvazia o colégio católico. O povo passa a ver nele uma empresa. Empresa da Igreja para ter lucro. Neste caso, resta a esta instituição alguma possibilidade de ser pólo de evangelização? Mas como desfazer-se do colégio de um dia para outro? É uma instituição pesada.

A preocupação pelos homens poderá nos fazer encontrar outras saídas. Poderão ser, por exemplo, centros simples e ágeis de preparo de mão-de-obra qualificada, enquanto haja necessidade disso, no bairro, etc. Sei que pode haver nisto idealismo mas também sei que na outra posição pode haver instalação e comodismo. Organismos e instituições ágeis. Exemplifiquei com o campo da educação. Poderíamos ir ao campo da saúde preventiva, do lazer, etc.

Não seriam estes outros tantos gestos de anúncio da boa-nova por parte da Igreja?

e) Surgir uma **nova maneira de o Povo de Deus viver a caridade**. Refiro-me às comunidade pequenas. É dessa preocupação pelo homem que nasce o fenômeno: Comunidades de Base. A meu ver é, hoje, a iniciativa mais importante da Igreja como anúncio do Evangelho. É a forma mais límpida de a Igreja manifestar sua preocupação pelo homem. A menos sujeita a qualquer triunfalismo. Todas as tentativas que conheço situam-se entre o povo pobre que está colocado à margem de uma sociedade que não é nada evangélica. São os 80% da humanidade latino-americana que têm uma consciência bastante clara de sua situação e alguma vontade de

sair de lá. É aqui onde se encontra uma abertura notável para as Comunidades de Base em toda a América Latina.

Não há dúvida de que essa situação é um "Kairós", isto é, um momento do Senhor dentro da história da humanidade latino-americana. Parece que a Igreja está entendendo esse "Kairós". A organização do povo em pequenas comunidades é uma esperança na vida deles. É certo que não é um toque de mágica na solução de todos os seus problemas, mas também é certo que sua organização em comunidades os faz capazes de algumas vitórias de que, isoladamente, nunca seriam capazes. Olhando em âmbito latino-americano, constatamos um esforço notável da Igreja nessa direção. Sem dúvida, o mais significativo esforço — tanto qualitativa quanto quantitativamente — em direção a uma Igreja evangelizadora. Não me parece ser aqui o lugar e o momento de descrever esse fenômeno mas é, sem dúvida, o momento de registrá-lo com muita alegria e otimismo.

f) Surgirá uma **Igreja de Leigos**, evidentemente não no sentido de excluir a hierarquia, mas no sentido de participação deles numa Igreja que seja entendida como sua, coisa fundamental para desencadear um processo de participação e presença da Igreja no mundo.

g) Surgirá uma **figura nova de ministro hierárquico**. A figura do pastor se amplia consideravelmente, numa superação radical do monopólio dos serviços e, em especial, numa superação da estreiteza da função sacerdotal a que, por circunstâncias históricas, foi reduzido o exercício do episcopado, do presbiterato e do diaconato.

Concluindo, algo ou muito de tudo isto está acontecendo em nível latino-americano. Este novo rumo é perfeitamente perceptível na diversidade de muitas situações e iniciativas. A preocupação pelo homem, na globalidade de sua vida, eis o fato fundamental do caminho da Igreja na retomada de sua tarefa de evangelizar.

# RELIGIOSOS E LEIGOS. BISPOS E PRESBÍTEROS. O PROBLEMA DA IDENTIDADE.

---

Frei Fábio Panini, OFM

---

## 1. A vocação universal à santidade

Inspirando-se em marcantes textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento, o Concílio Vaticano II afirma que todos os cristãos, indistintamente, pertençam ou não à hierarquia, são chamados à santidade. E mais: a cultivar, nos vários estados de vida, uma **única** santidade: a **perfeição da caridade**.

Tanta é a insistência do Concílio nesta vocação universal a uma única santidade, que a Constituição "Lumen Gentium" lhe dedica um capítulo especial, o cap. V, intitulado: "DE UNIVERSALI VOCATIONE AD SANCTITATEM IN ECCLESIA". Este capítulo, que se segue aos reservados à Hierarquia e aos Leigos e precede o dedicado aos Religiosos, está em íntima conexão com o capítulo II, consagra-

do ao Povo de Deus. Já se fala aí da santidade a ser cultivada pelos fiéis nos vários estados de vida na Igreja.

Em verdade, a vocação universal a uma única e comum santidade tem sua explicação na dignidade fundamental, comum a todos os cristãos e "anterior" à distinção entre os vários estados de vida na Igreja e mesmo "anterior" à própria diversidade de carismas dentro de um e mesmo estado de vida. Esta fundamental e comum dignidade é precisamente a que coloca os fiéis em comunhão com Deus e entre si. Constitui-se assim a realidade IGREJA, isto é, "o povo reunido na **unidade** do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (LG n. 4).

Esta dignidade fundamental, por ser comum e participada em igualdade de condições, estabelece en-

tre os membros do Povo de Deus uma fundamental igualdade em dignidade. Antes de ser membro da Hierarquia ou de ser Leigo, antes de ser religioso ou secular, o cristão é um **fiel**, é membro do novo Povo de Deus. Nem perde o cristão esta dignidade básica ao atender ao chamado (vocaçã-carisma) para este ou para aquele estado de vida na Igreja.

Essa dignidade (santidade) fundamental é algo de constitutivo e dinâmico, que “qualifica” e “quantifica” o homem em seu **SER - E - AGIR - VERTICAL - COM - E - PARA - DEUS - E - HORIZONTAL - COM - E - PARA - OS - OUTROS-HOMENS**. Situa-se, portanto, a santidade não só na ordem do **SER**, mas também na ordem do **AGIR** do homem. Daí a distinção, talvez um tanto “escolástica”, que se costuma fazer entre santidade **ÔNICA** e santidade **ÉTICA**.

Não são duas realidades estanques. Pelo contrário: embora a santidade ôntica, em termos de ordem lógica, seja um “**prius**” em relação à santidade ética, e esta um “**posterius**” com relação àquela, ambas formam uma unidade existencial, e se colocam numa relação de reciprocidade. A santidade ética presupõe a santidade ôntica. Mas a santidade ôntica cresce ou decresce na medida da santidade ética.

A santidade ôntica, embora seja um algo mais que não faz parte da natureza humana enquanto tal, não é, porém, algo acrescentado. É, sim, algo a mais que informa a natureza humana e a eleva qualitativamente.

É porque informa e eleva a natureza humana, também o agir humano é por ela qualitativamente elevado. Neste sentido dizíamos que a santidade, enquanto realidade ôntico-ética, quantifica e qualifica o homem em seu **SER - E - AGIR - VERTICAL - COM - E - PARA - DEUS - E - HORIZONTAL - COM - E - PARA - OS - OUTROS - HOMENS**.

É nesta linha de conceitos que se situam inúmeros textos do Concílio, como, por exemplo, a “**Lumen Gentium**”, n. 39, ss:

— N.º 39/100: “...na Igreja todos, quer pertençam à Hierarquia quer sejam por ela apascentados, são chamados à santidade, segundo as palavras do Apóstolo: ‘Pois esta é a vontade de Deus: a vossa santificação’ (1 Tess 4,3; Cf. Ef 1,4). Mas esta santidade da Igreja incessantemente manifesta-se e deve manifestar-se nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis. Ela se exprime multiformemente nos indivíduos que em sua vida tendem à perfeição da caridade...”.

— N.º 40/101-103: “O Senhor Jesus, Mestre e Modelo divino de toda perfeição, a todos e a cada um dos discípulos de qualquer condição pregou a santidade de vida da qual Ele mesmo é o autor e o consumidor, dizendo: ‘Sede perfeitos assim como vosso Pai celeste é perfeito’ (Mt 5,48). Pois sobre todos enviou o Espírito Santo para interiormente os mover a amarem a Deus... e para que se amassem mutuamente como Cristo os amou (cf. Jo 13,34). Os seguidores de Cristo são chamados por Deus não por suas obras, mas segundo Seu desígnio e Sua graça. Eles são justificados no Senhor Jesus porquanto pelo Batismo da fé se tornaram verdadeiramente filhos de Deus e participantes da natureza divina, e, portanto, realmente santos [**SANTIDADE ÔNTICA**]. É, pois, necessário que eles, pela graça de Deus, guardem e aperfeiçoem em sua vida a santidade que

receberam. São admoestados pelo Apóstolo a viverem "como convém a santos" (Ef 5,3) e "como escolhidos de Deus, santos e amados, se revistam de sentimentos de carinhosa compaixão, bondade, humildade, mansidão, longanimidade" (Col 3,12), e dêem os frutos do Espírito para a santificação (cf. Gál 5,22 Rom 6,22). ... É assim evidente que todos os fiéis cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade [SANTIDADE ÉTICA]. ... Todos os que, movidos pelo Espírito de Deus, obedecem à voz do Pai e adoram a Deus Pai em espírito e verdade, cultivam, nos vários gêneros de vida e ofícios uma única santidade [SANTIDADE ÉTICA]...".

A santidade ôntica, portanto, consiste essencialmente na participação da própria santidade (dignidade) de Deus. E participar da santidade de Deus significa entrar em comunhão de vida com o Pai, por Cristo, e com o Espírito Santo, segundo as próprias palavras de Cristo em sua oração sacerdotal:

"Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós... Que sejam um, como nós somos um. Eu nelles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste a eles como me amaste a mim" (Jo 17,21-23).

E a partir do momento em que alguém entra em comunhão de vida com Deus Uno e Trino, isto é, participa da relação interpessoal de amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo, entra com isso mesmo em comunhão de vida com todos quantos participam deste mesmo relacionamento interpessoal e vivem nesta comunhão. Daí a dimensão simultaneamente vertical e horizontal da santidade ôntico-ética, que acima traduzimos com os ter-

mos SER - E - AGIR - VERTICAL - COM - E - PARA - DEUS - E - HORIZONTAL - COM - E - PARA-OS-OUTROS-HOMENS.

Em verdade, a santidade ética outra coisa não é senão uma atitude de vida, um comportamento coerentes com a santidade ôntica. E santidade ética que a coerência com o que somos nos pede é a santidade pela qual é santo o próprio agir de Deus: A PERFEIÇÃO DA CARIDADE. Explicam-se, assim, as palavras do Vaticano II, na "Gaudium et Spes", pelas quais nos é lembrado o que há de mais profundo na Boa Nova de Cristo:

— GS 19/252: "A razão principal da dignidade do homem consiste na sua vocação para a comunhão com Deus. Já desde sua origem o homem é convidado para o diálogo com Deus. Pois o homem, se existe, é somente porque Deus o criou e isto por amor. Por amor é sempre conservado. E não vive plenamente segundo a verdade, a não ser que reconheça livremente aquele amor e se entregue ao seu Criador...".

— GS 24/272-274: "Deus, que tem um cuidado paternal para com todos, quis que todos os homens formassem uma só família e se tratassem mutuamente com espírito fraterno. Todos, com efeito, criados à imagem de Deus, que 'de um fez todo gênero humano habitar a face da terra' (At 17,26), são chamados para um único e mesmo fim, que é o próprio Deus. Por isso, o amor de Deus e do próximo é o primeiro e o máximo mandamento. Mas a Sagrada Escritura nos ensina que o amor de Deus não se pode separar do amor do próximo: "... se há algum outro mandamento, ele se resume nestas palavras: Amarás teu próximo como a ti mesmo... a plenitude, portanto, da lei é o amor" (Rom 13,9-10; 1 Jo 4,20). Mais ainda. Quando o Senhor Jesus reza ao Pai que 'todos sejam um... como nós somos um' (Jo 17,21-22), abre perspectivas inacessíveis à razão humana

e sugere alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Esta semelhança manifesta que o homem..., não pode se encontrar plenamente senão por um dom sincero de si mesmo”.

Este conceito de SANTIDADE ôntico-ética, como PERFEIÇÃO DA CARIDADE, bem como a relação de reciprocidade entre a dimensão ontológica da santidade e sua dimensão ética, estão calcados em inúmeros outros textos bíblicos, como, por exemplo:

— 1 Jo 2,5-6: “Aquele que guarda a Sua palavra, nele o amor de Deus é perfeito. É assim que conhecemos que estamos n’Ele: aquele que afirma permanecer n’Ele, deve também viver como Ele viveu”.

— 1 Jo 3,14-17: “Nós sabemos que fomos trasladados da morte para a vida, porque amamos os irmãos. Quem não ama permanece na morte. ... Quem possuir bens deste mundo e vir o seu irmão sofrer necessidade, mas lhe fechar o seu coração, como estará nele o amor de Deus?”

— 1 Jo 4,7-9, 11-12, 19-21: “Caríssimos, amemo-nos uns aos outros, porque o amor vem de Deus, e todo o que ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: em nos ter enviado ao mundo o seu filho único, para que vivamos por Ele. ... Caríssimos, se Deus assim nos ama, também nós nos devemos amar uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus. Se nos amarmos mutuamente, Deus permanece em nós e o seu amor em nós é perfeito. ... Amemos, portanto, a Deus, porque Deus nos amou primeiro. Se alguém disser: ‘Amo a Deus’, mas não ama seus irmãos, a quem vê, é incapaz de amar a Deus, a quem não vê. Temos de Deus este mandamento: o que amar a Deus, ame também a seus irmãos”.

— Jo 13,34-35: “Dou-vos um novo mandamento: Amai-vos uns aos outros.

Como eu vos tenho amado, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros”.

— Jo 15,9-10, 12-13: “Como o Pai me ama, assim também eu vos amo. Permanecei no meu amor. Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, como também eu guardei os mandamentos de meu Pai e permaneço no seu amor. ... Este é o meu mandamento: ‘amai-vos uns aos outros, como eu vos amo. Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos...”.

— Cfr. também: 1 Cor 13,1 ss., onde S. Paulo nos fala do “caminho excelente entre todos”, dos “dons que são os melhores”, concluindo seu discurso: “Agora subsistem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade. A maior delas, porém, é a caridade”.

— Cfr. igualmente Mt 25,31 ss., onde se diz claramente que a caridade será a medida pela qual os homens todos, cristãos ou não, serão julgados: “Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do reino, que vos está preparado desde a criação do mundo: porque tive fome e me destes de comer... Perguntar-lhe-ão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer?... Responderá o Rei: Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes.

— Cfr. também Mt 23,8-11, onde a santidade ôntico-ética é traduzida em termos de FRATERNIDADE: Todos vós sois irmãos. Nem chameis de Pai a ninguém de vós na terra, porque um só é vosso Pai, aquele que está nos céus. Nem vos façais chamar de mestres, porque um só é o vosso Mestre, Cristo. E o maior dentre vós seja vosso servidor”. — Cfr. ainda Mt 20,25-28; Lc 22,25-26.

São Francisco, com notável intuição, viu neste mistério da comunhão de todos entre si e com o Pai, por Cristo, no Espírito Santo,

isto é, viu na santidade ôntico-ética [no SER - E - AGIR - VERTICAL - COM - E - PARA - DEUS - E - HORIZONTAL - COM - E - PARA - OS - OUTROS - HOMENS], o cerne da mensagem evangélica e da realidade do Reino de Deus. Por isso também fez deste mistério uma das vigas mestras da forma de vida que se propôs a si e a quantos o quisessem seguir. Daí a sua insistência em retomar o texto evangélico:

**“Todos vós sois irmãos, e não queirais chamar de Pai a nenhum de vós sobre a terra, porque um só é o vosso Pai: o que está no céu. Nem vos intituleis de mestres, porque um só é o vosso Mestre, que está no céu, Cristo. ... Onde quer que dois ou três se acharem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles... Pai santo, guarda em teu nome os que me deste para que sejam um assim como o somos nós... Não rogo somente por eles, mas também pelos que pela palavra deles chegarem a crer em mim, para que sejam todos reunidos em um, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste assim como me amaste a mim”** (1.<sup>a</sup> Regra, cap. XXII). E **“ninguém será chamado de prior; mas todos, indistintamente, chamar-se-ão irmãos menores. Eles se lavarão os pés um ao outro”** (1.<sup>a</sup> Regra, Cap. VI).

Esta intuição do cerne da mensagem evangélica e do Reino de Deus — assim o entendemos nós — teve-a São Francisco naquele momento exato e decisivo, em que Francisco, deserdado por seu pai, Pedro Bernardone e perseguido por seu irmão de sangue, se viu desligado de todo e qualquer laço que o pudesse prender aos valores deste mundo, e se sentiu plenamente livre para poder rezar: Pai nosso que estais no céu (Celano, II, cap. 7, n. 12).

A partir daquele momento, na posse plena de Deus, a todos sentia-se ligado pelos laços da espiritual fraternidade, porque em Deus reconhecia o bondoso Pai de todos e em Cristo de todos o inefável irmão. Daí seu entusiasmo na carta dirigida a todos os fiéis:

**“Oh! quão glorioso e santo e grande é ter no céu um PAI! Oh! quão santo e belo e deleitável é ter no céu um Esposo [no Espírito Santo]! Oh! quão santo, dileto, aprazível e humilde, tranquilizador, doce, amável e sobre todas as coisas desejável é ter um semelhante IRMÃO, que deu a vida pelas suas ovelhas, e por nós orou ao Pai, dizendo: Pai santo, conserva no teu nome aqueles que me deste... para que sejam santos em união, como nós o somos”.**

E o Concílio Vaticano II, partindo deste mesmo núcleo da mensagem evangélica e da realidade do Reino de Deus, constrói uma nova Eclesiologia. Tomando a sério o **“TODOS VÓS SOIS IRMÃOS”**, apresenta-nos a Igreja como uma **“COMMUNIO”**, uma **“KOINONIA”**, na qual, a rigor, não há **“superiores”** e **“inferiores”**. Pois a Igreja é precisamente a **“nova comunhão fraternal”**, como se lê na GS 32/300:

**“Primogênito entre muitos irmãos, depois de sua morte e de sua ressurreição, pelo dom do Espírito Santo, Ele instituiu, entre todos aqueles que o recebem pela fé e pelo amor, uma nova comunidade fraternal, em seu corpo, que é a Igreja...”**

Daí a insistência do Concílio em frisar a igualdade entre os membros da Igreja: igualdade em dignidade e responsabilidade pela obra comum:

**“Um é o povo de Deus: ‘um só Senhor, uma só fé, um só batismo’ (Ef 4,5). Comum a dignidade dos membros pela rege-**

neração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação à perfeição. Uma só a salvação, uma só a esperança e indivisa a caridade. Não há, pois, em Cristo e na Igreja, nenhuma desigualdade em vista de raça ou nação, condição social ou sexo, porquanto 'não há judeu ou grego, não há servo ou livre, não há varão ou mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus' (Gál 3,28)" (LG 32/79). "E ainda que alguns, por vontade de Cristo, sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo..." (LG 32/80).

Não obstante a igualdade em dignidade entre os membros do Povo de Deus, e embora seja uma e única a santidade a ser vivida por todos indistintamente, de fato, porém, a santidade na Igreja "se **expressa multiformente** nos indivíduos que em sua vida tendem à perfeição da caridade" (LG 39/95). Há, pois, na Igreja formas ou maneiras várias de vida santa, isto é, formas ou maneiras diversas de viver a perfeição da caridade. Mas precisamente por serem formas ou maneiras **várias**, algo as deve distinguir uma da outra. Daí a pergunta que se impõe: **quais seriam essas formas várias de vida santa? Em que se distinguem?**

Para maior clareza da questão, é preciso distinguir entre a **estrutura hierárquica** da Igreja e sua dimensão carismática, isto é, sua **dimensão de vida e santidade**. Pois, embora não se trate de duas realidades separadas, são dimensões diversas de uma e mesma realidade: a Igreja.

Em verdade, tanto a santidade **ônica** quanto a santidade **ética** não se situam no campo da estrutura hierárquica da Igreja, e sim no de sua dimensão carismática. Isto está claro em vários textos do Concílio:

— LG 44/120: "O estado [religioso] constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à **estrutura hierárquica** da Igreja, está contudo firmemente relacionado com sua **vida e santidade**".

— LG 32/81: "Os leigos, pois, assim como pela condescendência divina têm como irmão Cristo que, sendo Senhor de tudo, veio, no entanto, para servir e não para ser servido (Mt 20,28), assim também tem como irmãos os que, postos no sagrado ministério, ensinando, santificando e regendo, pela autoridade de Cristo, apascentam a família de Deus de tal modo que seja cumprido por todos o mandato novo da caridade. A este respeito disse belamente Santo Agostinho: 'Atemoriza-me o que sou para vós [**ESTRUTURA HIERÁRQUICA**]; consola-me o que sou convosco [**DIMENSÃO CARISMÁTICA**]. Pois para vós sou Bispo [**ESTRUTURA HIERÁRQUICA**]; convosco sou cristão [**DIMENSÃO CARISMÁTICA**]. Aquilo é um dever; isto, uma graça. O primeiro é um perigo; o segundo, salvação".

— PO 9/1169: "Os sacerdotes do Novo Testamento, embora exerçam, em razão do Sacramento da Ordem, a tarefa mais elevada e indispensável de pais e mestres do Povo e em favor do Povo de Deus, **juntamente com todos os fiéis cristãos são discípulos do Senhor**, feitos participantes do Reino d'Ele pela graça de Deus que os chamou. Na companhia de todos os que se regeneraram na fonte do Batismo, os presbíteros são **irmãos entre irmãos**, como membros de um só e mesmo Corpo de Cristo, cuja edificação a todos foi confiada".

Como se vê, estas duas dimensões da Igreja — a hierárquica e a carismática, embora sejam distintas, não são, porém, estanques e

separadas. Trata-se de duas dimensões de uma e mesma Igreja, intimamente relacionadas entre si, a saber: a Hierarquia é **subsidiária**, isto é, está em função da dimensão carismática da Igreja, isto é, de sua dimensão de vida santa. Os que fazem parte da Hierarquia, porém, não deixam com isso de fazer parte do **corpo carismático**, no qual todos estão em pé de igualdade quanto à dignidade e vocação à perfeição da caridade.

Tendo em conta esta dupla dimensão da Igreja — a hierárquica e a carismática — como poderia ser esquematizada a diversidade de “status” dos membros do Povo de Deus? Neste particular não há identidade de termos, e, de certa forma, também não de conceitos, entre o Código de Direito Canônico e o Concílio Vaticano II.

O **Código de Direito Canônico**, numa linha em que prepondera a estrutura hierárquica, diz que “por direito divino há na Igreja **clérigos**, os quais se distinguem dos **leigos**..., podendo uns e outros ser **religiosos**”, (Cân. 107). Nesta perspectiva teríamos o seguinte esquema hierárquico-carismático da Igreja:

- |               |                  |
|---------------|------------------|
| 1. Clérigos   | } Estr. Hierarq. |
| 2. Leigos     |                  |
| 3. Religiosos | } Dim. Carism.   |
| 4. Seculares  |                  |
- 1.3. Clérigos religiosos  
 1.4. Clérigos seculares  
 2.3. Leigos religiosos  
 2.4. Leigos seculares.

O **Vaticano II** parte da dimensão carismática. Tanto assim que, antes de falar da Hierarquia, fala do Povo de Deus. E se fosse coerente com sua orientação, depois de falar do Povo de Deus, antes de falar da Hierarquia, deveria falar dos Religiosos e dos Seculares. É por isso que o Concílio não é preciso na qualificação dos vários “status” dos membros do Povo de Deus. Realmente, ao dar-nos o conceito de “leigo”, o Concílio diz que **leigo** é aquele que não é nem **clérigo** nem **religioso**:

— LG 31/76: “Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis, pelo batismo, foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e, a seu modo, feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo...”.

Nesta perspectiva do Concílio Vaticano II, o esquema hierárquico-carismático da Igreja poderia ser assim visualizado:

1. Cristãos
  - 1.1. Cristãos-Religiosos
  - 1.2. Cristãos-Leigos
  - 1.3. Cristãos ordenados  
[Hierarquia]

Embora nos pareça acertada a iniciativa do Concílio de partir da dimensão carismática na especificação dos vários “status” na Igreja, não nos parece satisfatória a conceituação que o Concílio faz de leigos, religiosos e clérigos. Em verdade, também os religiosos são membros do Povo de Deus, e com os leigos têm em comum a dignidade de sacerdotes, profetas e reis,

no sentido do “sacerdócio comum dos fiéis”. E os próprios membros da hierarquia, por terem sido elevados ao assim dito “sacerdócio ministerial”, não são privados do “sacerdócio comum”, isto é, da condição de membro do Povo de Deus.

Em vista disso, sugeriríamos um outro esquema carismático-hierárquico dos vários “status” dos membros do Povo de Deus. Esquema este que parte da dimensão **carismática** da Igreja, atribuindo à di-

mensão **hierárquica** uma função subsidiária. Nesta perspectiva, o esquema carismático-hierárquico da Igreja poderia ser assim visualizado:

1. Leigos = Povo de Deus (“Laós toũ teoũ”)
  - 1.1. Leigos-Religiosos
  - 1.2. Leigos-Seculares
  - 1.3. Hierarquia (leigos religiosos ou seculares ordenados, i. é, elevados ao sacerdócio ministerial).

### **Explicação deste esquema carismático-hierárquico:**

#### **1. Leigos = Povo de Deus**

A palavra “leigo”, do latim “laicus”, vem do termo grego “laikós”, que, por sua vez, vem do termo grego “laós”, isto é, “povo”. O termo “laikós”, portanto, se predica daquele que é membro de um “laós”, membro de um povo. Nas ciências sagradas, por conseguinte, o termo “laikós = leigo”, se predica daquele que é membro do “Laós toũ Teoũ”, membro do Povo de Deus, isto é, a Igreja, o Novo Povo de Deus, predito pelos profetas (cf. Jer 31,31-34) e do qual o antigo Israel foi uma figura.

**A condição e a dignidade de membro do novo Povo de Deus** consiste precisamente naquilo que acima chamamos de santidade **ôntica**, a saber: a participação na própria natureza e vida de Deus, pela qual somos de fato e de verdade

filhos de Deus, e, por isso mesmo, irmãos uns dos outros. É esta dimensão vertical e ao mesmo tempo horizontal da santidade ôntica que nos reúne em linhagem escolhida, em sacerdócio régio, em nação santa, como insistentemente nos dizem as Escrituras Sagradas:

— Ex 19,5-6: “... vós sereis o meu povo particular dentre todos os povos. Toda a terra é minha, mas vós me sereis um **reino de sacerdotes** e uma **nação consagrada**”.

— Is 61, 6: “... a vós chamar-vos-ão **sacerdotes** do Senhor, de **ministros** de nosso **Deus** sereis qualificados”.

— Apc 1,5-6: “A Ele, ... que fez de nós um **reino de sacerdotes** para Deus e seu Pai, glória e poder pelos séculos...”.

— Apc 5,9-10: “Tu és digno de receber o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste imolado e nos resgataste para Deus de toda tribo, língua, povo e nação, e nos fizeste para nosso Deus um **reino de sacerdotes**...”.

— 1 Pd 2,9-10: “Vós, porém, sois uma **linhagem escolhida**, um **sacerdócio régio**,

**uma nação santa, um Povo adquirido para Deus, a fim de que publiqueis o poder daquele que das trevas vos chamou para a luz maravilhosa; vós que outrora não éreis povo, mas agora sois o povo de Deus”.**

O Concílio, com base nestes textos e na tradicional doutrina chama esta condição e dignidade de membro do Povo de Deus de **sacerdócio comum dos batizados**, esclarecendo que:

“Os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo, são **consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo**, para que, por todas as obras do homem cristão ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes d’Aquele que das trevas os chamou à sua admirável luz [cf. Pd 2,4-10]” (LG 10/27).

A condição de **leigo**, no sentido acima exposto, é comum a todos os batizados indistintamente. É uma condição e dignidade **anterior a qualquer outra condição funcional na Igreja**, qual seja a de religiosos, seculares ou clérigos, como expressamente o ensina a “**Lumen Gentium**”, n. 30/75:

“Tudo o que acima foi dito acerca do Povo de Deus vale, em paridade de condições [“aequaliter”], para **leigos** [isto é, leigos-seculares], **religiosos** [isto é, leigos não-seculares] e **clérigos** [isto é, leigos elevados ao sacerdócio ministerial]”.

E, conforme já lembramos, é precisamente esta condição de **leigo**, que estabelece entre todos os membros do Povo de Deus, indistintamente, **uma igualdade fundamental em dignidade**, fazendo com que a Igreja, o Novo Povo de Deus, seja realmente a “**nova comunidade fraternal**” (GS 32/300), pré-anunciada por Jer 31,31-34:

“Dias hão de vir — oráculo do Senhor — em que firmarei nova aliança com as casas de Israel e de Judá. . . . Eis a aliança que, então, farei com a casa de Israel — oráculo do Senhor: Incutir-lhe-ei minha lei; gravá-la-ei em seu coração. Serei o seu Deus e Israel será o meu povo. Então ninguém terá encargo de instruir seu próximo ou irmão, dizendo: ‘aprende a conhecer o Senhor’, porque todos me conhecerão, grandes e pequenos — Oráculo do Senhor. Pois a todos perdoarei as suas faltas, sem guardar nenhuma lembrança de seus pecados”.

**A condição, a lei e a missão do novo Povo de Deus.** Se a santidade ôntica, no sentido acima exposto, é a condição básica do Povo de Deus, a santidade **ética** é sua lei e missão como “nova comunidade fraternal”. E a santidade ética outra coisa não é senão a perfeição da caridade, isto é: a “nova comunidade fraternal” há de viver, no mundo, nas várias condições de vida de seus membros, o mandato novo da caridade, para que se constitua assim em sinal e instrumento, em sacramento da íntima comunhão de vida de todos entre si e com o Pai, por Cristo, no Espírito Santo. Esta lei e missão da Igreja como “nova comunidade fraternal” é expressa em marcantes textos do Concílio, no Cap. II da “**Lumen Gentium**”, dedicado expressamente ao Povo de Deus:

— N.º 9/25: “Este Povo messiânico . . . tem por **condição** a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou (Cf. Jo 13,24). Sua **meta** é o Reino de Deus iniciado pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até que no fim dos tempos seja consumado por Ele próprio, quando aparecer Cristo, nossa vida (Cf. Col 3,4), e ‘a própria criatura será libertada do ca-

tiveiro da corrupção para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus' (Rom 8,21). Assim este povo messiânico... é para todo o gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação. ... e instrumento de redenção de todos".

— N.º 9/26: "Deus convocou e constituiu a Igreja — comunidade congregada daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus, autor da salvação e princípio de unidade e da paz — a fim de que ela seja para todos e para cada um o sacramento visível desta salutífera unidade...".

Esta sua missão, cumpre-a a "nova comunidade fraternal" pela vivência operosa de sua lei básica: o mandato novo da caridade. Vivência esta que se exprime sob formas múltiplas, conforme a diversidade de dons que o Espírito Santo distribui a cada um, como lhe apraz, para a comum utilidade. É assim que surgiram na Igreja, por obra do Espírito Santificador, duas formas básicas de vida santa: a dos **LEIGOS RELIGIOSOS** e a dos **LEIGOS SECULARES**, dentre os quais — leigos religiosos e leigos seculares — o mesmo Espírito Santo escolhe aqueles que quer colocar como Ministros do Povo de Deus, com a função precisa de apascentar "a família de Deus de tal como que seja cumprido por todos o mandato novo da caridade" (LG 32/81).

### 1.1. Leigos Religiosos

### 1.2. Leigos Seculares

Abordamos as duas formas de vida santa sob um único item por ser difícil, sem repetições, falar delas separadamente. Não pretendemos, porém, aqui, entrar nos detalhes das peculiaridades de uma e outra forma de vida santa. Enca-

minharemos apenas a questão, que deverá ser aprofundada posteriormente.

1.1. **Os religiosos.** Diz-nos o Concílio na "Lumen Gentium", 43/115, que a vida segundo "os conselhos evangélicos da castidade consagrada a Deus, da pobreza e da obediência se baseia nas palavras e nos exemplos do Senhor". E no Decreto "Perfectae Caritatis", n. 1/1216, volta a dizer que "o procurar seguir a caridade perfeita pela prática dos conselhos evangélicos tem origem na doutrina e nos exemplos do divino Mestre".

É indiscutível esta afirmação do Concílio. A santidade **ética** expressa na forma de vida segundo os conselhos evangélicos inspira-se, realmente, na forma de vida levada por Cristo e em suas palavras. É, pois, a vida religiosa uma "sequela Christi", um seguimento de Cristo, uma vida santa à maneira de Cristo. Esta "sequela Christi", porém, não está literalmente delineada como própria e exclusiva da forma devida dos que na Igreja são ditos religiosos. Os textos aduzidos, pela tradição e doutrina da Igreja, para fundamentar biblicamente a vida religiosa não são de todo convincentes, se os quisermos interpretar em seu sentido literal e histórico. Nem por isso, no entanto, perdem os referidos textos seu significado de fundamentação bíblica da vida religiosa. Pois a palavra do Senhor é espírito e vida. E de fato, naqueles textos, considerados no contexto global da vida do Senhor e das Escrituras Sagradas, homens, suscitados na Igreja pelo

divino Espírito Santo, buscaram inspiração para aquela forma peculiar de vida santa, que passou a ser um estado de vida com características peculiares e próprias.

É assim que a expressão da santidade ética — a perfeição da caridade — na forma de vida religiosa surgiu na Igreja não tanto de uma interpretação exegética da letra dos Escritos Sagrados, quanto de uma interpretação **carismática** do exemplo e das palavras do Senhor. Daí também a multiplicidade de maneiras de viver os assim ditos conselhos evangélicos, isto é, a multiplicidade de formas de vida religiosa ou de Institutos Religiosos.

Em verdade, a vida religiosa em si, genericamente, não existe. E não existe precisamente porque não está delineada nos Livros Sagrados. O que existe são diversas atualizações da palavra de Deus, leituras carismáticas diversas do evangelho, modos vários de incarnar a maneira de viver de Cristo. Os fundadores religiosos, suscitados na Igreja pelo Espírito Santo, incarnaram carismaticamente a vida de Cristo segundo as exigências dos tempos e dos lugares. E as respectivas famílias religiosas nada mais fazem que levar adiante, segundo os novos tempos e as regiões, a mesma forma carismática de seguir Cristo.

No correr dos séculos, numa tentativa de aprofundamento do significado destas formas de vida santa, foram sendo descobertos elementos comuns às múltiplas maneiras de seguimento carismático do Senhor. E estes elementos, numa tentativa de síntese, acabaram sen-

do cristalizados naquilo que passou a chamar-se de **CONSAGRAÇÃO** peculiar a Deus. Consagração esta que a doutrina, inspirando-se novamente nas Escrituras Sagradas, particularmente no Antigo Testamento, foi interpretada em termos de “**SEGREGATIO A SAECULO**”, isto é: em termos de “**SEGREGATIO AB USIBUS PROFANIS**” com a consequente “**RESERVATIO AD USUS DIVINOS**” da própria pessoa e do relacionamento desta com as outras pessoas e com os demais valores terrestres.

É evidente que uma vida assim **CONSAGRADA**, isto é, “segregada do século”, ou seja: “segregada dos usos profanos e reservada para os usos divinos” impõe à pessoa um modo peculiar em seu relacionamento com as outras pessoas e com os bens deste mundo. Modo peculiar de ser e de agir este, que, no decurso dos séculos, foi configurada na vida segundo os assim ditos conselhos evangélicos. Vida esta que situa o relacionamento da pessoa num plano peculiar, a saber: pelo compromisso de castidade perfeita, por causa do reino dos céus, a pessoa se desliga dos laços da família de sangue, para, abstenendo-se de formar nova família de sangue pelo casamento, dar origem a uma nova família, a família dos irmãos espirituais em Cristo, cujo vínculo é o da fraternidade espiritual. Daí a vida em fraternidade, a vida em comunidade, essencial à vida religiosa. E são as exigências intrínsecas desta forma de vida em fraternidade que leva os que a ela aderem àquela atitude de serviço, consubstanciada no compromisso

de obediência e de pobreza, a exemplo do Senhor. Ele, para construir a universal comunhão, para fazer que todos sejam um entre si e com o Pai, por Ele, Cristo, no Espírito Santo, fez-se **menor**, isto é,

“Sendo Ele de condição divina, não se prevaleceu de sua igualdade com Deus, mas aniquilou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e assemelhando-se aos homens. E sendo exteriormente reconhecido como homem humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz” (Filp 2,6-8). E, “sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de vos enriquecer pela pobreza” (2 Cor 8,9).

Não há dúvidas de que o estado religioso, assim entendido, constitui no contexto da vocação universal à santidade **uma forma peculiar de exprimir a perfeição da caridade**. Forma peculiar que tem suas exigências e leis próprias orientadas a uma vivência coerente ao sermão da montanha (Mt 5,3ss; Lc 6,20ss.) como de todo o Evangelho. Daí o dizer-nos o Concílio que, por sua forma peculiar de vida,

“Os religiosos dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças” (LG 31/77).

**1.2. Os leigos seculares.** Se o peculiar da forma de vida dos leigos-religiosos é a “*segregatio a saeculo*”, no sentido de “*segregatio ab usibus profanis*” e “*reservatio ad usus divinos*”, a característica própria da forma de vida santa dos leigos seculares é precisamente sua **índole secular**, como claramente nos ensina a “*Lumen Gentium*”, n. 31/77:

“A **índole secular** caracteriza especialmente os leigos [seculares]. . . É, porém,

específico dos leigos [seculares] procurar o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. **Vivem no século**, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo. . . A eles, portanto, cabe de maneira especial iluminar e ordenar de tal modo todas as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor”.

Como se vê, no caso dos leigos seculares, o relacionamento da própria pessoa com as outras pessoas e os bens deste mundo é colocado numa perspectiva diversa da do relacionamento dos religiosos. Os leigos seculares e os leigos religiosos se movimentam em duas dimensões diversas, embora a caridade que deve mover a uns e a outros seja a mesma. É, pois, a **diversidade de dimensões do relacionamento** que distingue os leigos religiosos dos leigos seculares, chamados ambos a dar sua parte na construção do mesmo Reino de Deus, pela graça do divino Espírito Santo. Trata-se, pois, de **duas formas complementares de vida santa**, pelas quais será santo o **Povo de Deus**, a “nova comunidade fraternal” (GS 32/300), cuja “lei é o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou” (LG 9/25).

### **1.3. A hierarquia**

A dimensão hierárquica da Igreja é essencialmente uma **dimensão funcional, de serviço** (cf. LG 24/

57; 27/65), em benefício do Povo de Deus. Os que são chamados para exercer esta função de serviço são escolhidos dentre os leigos religiosos ou dentre os leigos seculares. Pela unção do mesmo Espírito Santo, são investidos, através do Sacramento da Ordem, nos respectivos *múnus*: o de Sacerdotes, de Mestres e de Pastores, para santificar, ensinar e reger o Povo de Deus. Por força do Sacramento da Ordem, os membros da hierarquia têm este *múnus* em participação, isto é, em comunhão com Cristo-Sacerdote-Profeta-Rei. A Nota Explicativa prévia ao Cap. III da "Lumen Gentium" explica esta comunhão em termos de participação ontológica no ser-de-Cristo-Sacerdote-Profeta-Rei. Daí também o cuidado do Concílio em dizer que entre o **sacerdócio ministerial** e o **sacerdócio régio** ou **comum** dos demais membros do Povo de Deus, pelo qual também estes são, "a seu modo, feitos partícipes do *múnus* sacerdotal, profético e régio de Cristo" (LG 31/76), há uma diferença essencial, e não apenas de grau (cf. LG 10/28).

Não é, porém, o caso de se aprofundar, aqui, este problema da diferença essencial entre o sacerdócio ministerial hierárquico [que tem origem no Sacramento da Ordem] e o sacerdócio comum dos fiéis [que tem origem no Sacramento do Batismo].

O importante, aqui, é sublinhar que os membros da Hierarquia, pelo fato de terem sido colocados para presidir a assembleia da caridade, não deixam de pertencer à

mesma assembleia na qualidade de "leigos", no sentido acima exposto, de membros do Povo de Deus. Em outras palavras, a pertença à dimensão hierárquica não desloca o cristão da dimensão carismática da Igreja. É assim que os membros da Hierarquia, não enquanto membros da Hierarquia, e sim enquanto "leigos", devem, pela graça do Espírito Santo, continuar a levar uma vida santa ou na forma de religiosos ou na de seculares. E a presidência da assembleia da caridade, por sua vez, lhes cabe não enquanto leigos religiosos ou seculares, e sim enquanto membros da Hierarquia. Pois, enquanto leigos religiosos ou seculares, não têm nenhuma posição de presidência. Nesta dimensão carismática eles continuam "leigos", membros do Povo de Deus, "irmãos entre irmãos" (PO 9/1169), em paridade de condições quanto à dignidade e, conseqüentemente, quanto à necessidade de vivência do mandamento novo da caridade (cf. supra: 32/80-81).

A dificuldade de se ter clareza sobre esta perspectiva de relacionamento entre a dimensão carismática da Igreja e sua estrutura institucional hierárquica se explica, de uma parte, pelo fato de no passado se ter considerado a dimensão hierárquica como prioritária, em vez de como subsidiária. De outra parte, pelo fato de que na atual disciplina da Igreja Latina a forma de vida santa exigida dos clérigos não se diferencia, teologicamente, da forma de vida santa dos leigos religiosos. Pois de todos os presbíteros é exigido não só o compro-

misso de vida celibatária como também uma vida obediente e pobre. De fato, portanto, os que são colocados para presidir a assembléia da caridade não são escolhidos, indistintamente, dentre os leigos religiosos e os leigos seculares, e sim apenas dentre os leigos religiosos

[teologicamente falando]. Diverso seria, seguramente, o quadro se o celibato fosse optativo, em vez de constituir como na atual disciplina, uma condição imprescindível para o exercício da função de Presidente da assembléia da caridade.

## **ATENÇÃO**

### **CONVERGÊNCIA INFORMANDO SOBRE A XI ASSEMBLÉIA GERAL DA CRB**

#### **ATENÇÃO SUPERIORES MAIORES DO BRASIL!!!**

A CRB-Nacional expediu, no dia 21 de Março de 1977, uma correspondência de capital importância para a realização da Assembléia Geral. Verifique quanto antes se a recebeu.

- \* **Circular XI AGO-DO 001/77 — Convocação oficial.**
- \* **Circular XI AGO-DO 002/77 — Inscrição, Hospedagem, Estada.**
- \* **Circular XI AGO-DO 003/77 — Preparação das eleições.**

Favor dar andamento a esta correspondência, nos prazos previstos.  
Favor acusar o recebimento da mesma quanto antes.  
Trabalhe com previsão e precisão. É do seu interesse.

# VIDA RELIGIOSA UMA VOCAÇÃO APOSTÓLICA. O PROBLEMA DA IDENTIDADE.

**Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**  
Presidente Nacional da CRB

Poucos problemas preocuparam ou afetaram tanto os religiosos nos últimos tempos como o da sua **identidade**. Falou-se muito sobre ela. Em seu nome deram-se diretrizes e normas. Julgaram-se pessoas. Mas sempre que se quis precisá-la e defini-la melhor, experimentou-se o impasse. Não poucos documentos de Capítulos Gerais atestam bem esta perplexidade. Ao estudá-los um pouco mais de perto, verifica-se a frágil ambiguidade dos resultados e sobretudo sua inadequação à realidade que se vive.

A vida religiosa foi tradicionalmente apresentada na Igreja como a vocação à santidade através da realização dos conselhos evangélicos. Passou-se daí a configurá-la como "estado de perfeição". Nos

noviciados e na formação ao longo da vida, buscou-se apoiá-la sempre em textos concretos tirados do Evangelho, tais como o jovem rico e outros. Acrescentou-se a isto a fixação de práticas e hábitos, de normas, regras e costumes, um conjunto coreográfico que resistiu a séculos e acabou por incorporar-se na definição de vida religiosa. Era impossível entendê-la sem aquele "décor".

Pouco a pouco, os estudos bíblicos se encarregaram de estreitar ou mesmo negar à vida religiosa um fundamento bíblico específico e textual, embora não se lhe negue a inspiração evangélica. Ficou documentado pela pesquisa histórica o surgir tardio da vida religiosa na Igreja. Mais clara ainda a diversi-

dade de inspirações e experiências que foram se manifestando na vida das pessoas em torno das quais germinou e cresceu o que chamamos vida religiosa.

Por seu lado, o Concílio Vaticano II, que evitou o termo "estado de perfeição", sublinhou a vocação de todos os cristãos à santidade sem que isto pudesse constituir característica exclusiva ou privilegiada desta ou daquela vocação apostólica na Igreja.

A diversidade de situações, de horários, de atividades, a secularização do mundo exigindo formas concretas de presença não raro incompatíveis com o milenar estilo de vida fixado para a "vida religiosa", foi desgastando e questionando aquilo que parecia intocável e imutável no seu quadro externo e ambiental.

### **Vocação religiosa não implica uma necessária orientação à ação pastoral clerical**

De repente, os religiosos se acharam frente à pergunta angustiante: quem somos nós e o que fazemos na Igreja?

A incerteza sobre a resposta agravou-se mais ainda com um fenômeno pós-conciliar, que afetou à fundo a vida religiosa sobretudo feminina. Um bom número de religiosos, presbíteros ao mesmo tempo, teve sua formação muito mais orientada pelo caminhar para o sacerdócio ministerial, do que para o crescer consciente na própria vocação religiosa. Uma vez ordenados, seus trabalhos pastorais de tal mo-

do lhes totalizaram tempo e energias, que fizeram praticamente esquecer a dimensão "religiosa" de sua vida, que não lhes mereceu maior cultivo. Isto, porém, não acontecia com as religiosas. Confinadas as contemplativas aos muros de seus conventos, limitadas as ativas a um tipo de ação muito específico (educação, saúde), que devia em parte conviver com inúmeros resquícios claustrais, (horários, clausura rigorosa ausência de comunicação com o mundo exterior), as religiosas eram também consideradas dentro da Igreja como uma casta à parte. Dirigidas por sacerdotes, presididas por bispos em seus capítulos e assembleias, sempre orientadas por homens, que por elas decidiam em boa parte no campo de formação, do apostolado e da administração, eram a um tempo tuteladas e desprezadas, sem que a isso se tivesse coragem de dar expressão explícita e confessada. Os fatos é que falavam. E a leitura dos fatos traduzia uma linguagem da qual hoje nos envergonhamos, embora perdure ainda em parte.

De repente, caindo o número de sacerdotes, pelas poucas entradas, as religiosas, dispensáveis e relegadas antes, passaram a ser convocadas de urgência para assumirem a suplência presbiteral em quase todas as frentes. É um fenômeno que merecerá estudo no futuro e a maior distância, esta capacidade que temos de racionalizar posições que a realidade se encarrega de desfazer, orientando-nos rapidamente à justificação racionalizada do oposto. Certo é que, em menos de dez anos, as religiosas se lançaram

a toda uma vasta ação pastoral, relegando a segundo plano boa parte do que antes faziam. Criou-se nelas um complexo de culpa em relação aos próprios trabalhos. Desenvolveu-se uma forma agressiva de pressioná-las, de tal modo que, após uma semana inteira de oito a doze horas de trabalho diário, a sua dificuldade ou impossibilidade em atender ao catecismo e às missas da paróquia aos sábados e domingos, passou a constituir contravenção, repetidas vezes incriminada como falta de espírito de Igreja e de sensibilidade às necessidades da Igreja Local.

No entanto, durante séculos e em base à sua inspiração inicial, os religiosos não estiveram propriamente ligados às atividades pastorais de índole clerical: palavra e sacramento, paróquia e catequese. Eles faziam de tudo e, nem por isso, eram questionados quanto à sua razão de ser na Igreja.

O Concílio Vaticano II nos deixa claro que a vida religiosa não pertence à estrutura hierárquica da Igreja. Neste sentido, os religiosos estão, por si, menos próximos estruturalmente da posição que na Igreja têm hierarquia e clero. Consequentemente, estão mais chegados ao laicato, aos simples fiéis, àqueles que constituem a base do Povo de Deus. E, de fato, é grande o número de religiosos — religiosas e irmãos — que, por sua própria natureza e vocação, não se vinculam ao presbiterado ou ao episcopado. Não só. Ordens e Congregações hoje clericais, tiveram seus primórdios marcados por uma vo-

cação não clerical, como é o caso dos Franciscanos, por exemplo. Pode-se dizer com tranquilidade, que, nem histórica, nem estruturalmente, a vocação religiosa ou à vida religiosa implica uma necessária orientação à ação pastoral clerical, na medida em que esta concretiza o múnus pastoral inerente à vocação dos Bispos e Presbíteros.

### **Abertura maior para o próximo e suas necessidades urgentes**

Por outro lado, o colapso do embasamento bíblico em que se buscava fundamentar outrora a vida religiosa, deixa campo aberto para fazer compreender que a vocação religiosa tem sua raiz na mesma vocação cristã, na própria vocação batismal. Neste sentido, a vocação religiosa que se distingue bastante nitidamente da vocação episcopal e presbiteral, não se distingue tanto da vocação cristã do simples fiel. O fiel cristão ou o religioso não estão chamados à santidade através da vivência do sacerdócio ministerial como o presbítero ou da plenitude do sacerdócio, como o bispo.

Em força da vocação batismal, o fiel e o religioso, são chamados a realizar o projeto evangélico no seu todo. Não há, pois, no Evangelho, algo que seja específico dos fiéis e algo, como se pretendia outrora com os conselhos evangélicos, que se destine a uma realização especial pelos religiosos. Dificilmente, pois, poderemos alicerçar por aí, a identidade do religioso. Bispos, Presbíteros, Religiosos e Fiéis, são todos chamados à realização do projeto evangélico. Este é o seguimen-

to de Jesus Cristo e a concretização constante de sua missão no mundo a favor dos homens. Os Bispos e Presbíteros têm no próprio corpo do texto do Novo Testamento uma conotação própria e distintiva. Mas os religiosos, não.

Eles surgem posteriormente na vida e na consciência da Igreja, no momento em que Bispos, Presbíteros e Fiéis, entre os quais eles se encontram também, se afastam da fidelidade generosa e plena ao projeto evangélico. Aparecem então estes homens e mulheres, suscitados pelo Espírito Santo. Muito mais por sua vida do que por palavras, atuam como memória da Igreja, como apelo a ela para uma volta à sua vocação primigênia de seguimento de Jesus Cristo. Eles querem viver a fundo o que é o essencial da intuição evangélica: de um lado, a prioridade absoluta de Deus, do Deus que se revela em Jesus Cristo; do outro, a consequente relativização de tudo o mais, sobretudo daquilo que os homens normalmente tendem a absolutizar, subvertendo por aí o primado de Deus e dele se afastando.

Este desejo de viver e traduzir radicalmente o Evangelho os leva nos primórdios a uma dedicação total a Deus e, só posteriormente, no tempo, ao próximo por amor de Deus. Não há neles uma preocupação de articular-se com esta ou aquela frente pastoral de ação da Igreja representada oficialmente pelo clero. Há, sim, uma busca perseverante de vida evangélica, onde quer que eles se encontrem.

Numa boa faixa da história, a grande preocupação é consigo mes-

mo, é de natureza individual, é de salvação pessoal. Isto se agrava mais ainda, na fase do individualismo que marcou tanto a espiritualidade de vários séculos da tradição da Igreja e aportou ainda em nossos tempos. Mas, pouco a pouco, há uma superação também desta dimensão exclusivamente individualista e uma abertura maior para o próximo e para suas necessidades mais urgentes.

A Igreja oficial, representada pelos Bispos e pelos Presbíteros, toma desde o início conhecimento de tais manifestações. Aos poucos capta em sua consciência o alcance desta forma de vida. Incentiva as pessoas, reconhece-as, recorre a elas e, primeiro de modo implícito e discreto, depois, explicitamente, legitimadas no seu modo de viver.

Esta legitimação pela Igreja é de capital importância na história da vida religiosa. O santo (fundador) como o hereje, são pessoas que intuem, não raro, com igual acuidade, as deficiências da Igreja, seus limites no seguimento do Cristo, suas traições e hipocrisias, suas capitulações acomodadas ante interesses não evangélicos. O hereje, no entanto, absolutiza a luta pela superação do limite. Isola-o do contexto eclesial. Bate-se pela reforma, mesmo que esta se realize ao preço de sua própria ruptura com a comunidade da Igreja. O santo (fundador), pelo contrário, permanece em comunhão. Fermenta por dentro a própria Igreja. Sacrifica os resultados no tempo. Santifica-se na paciência de um esforço e de uma espera que pode ultrapassar os limites de sua vida. O importante para

ele é que toda a Igreja cresça. Mais por sua vida do que pela denúncia verbal — embora esta tenha também o seu lugar — o santo questiona, inquieta, reforma, converte.

Esta dedicação integral à realização do Evangelho, no seio da Igreja, acaba polarizando totalmente a vida da pessoa. Ela se consagra praticamente a isto só e passa a viver em função disto a sua vida. A preocupação consigo, com seus bens, sua família, seu futuro desce a segundo plano ou simplesmente desaparece, relativizada por esta força do absoluto de Deus. A explicitação oficial e jurídica de tal dedicação a uma forma de vida já legitimada pela Igreja se traduziu historicamente no chamado voto de **consagração**, que se fazia na Igreja antes de 1202. Este voto era aceito pela própria Igreja. Reconhecido como tal, tornou-se a expressão própria e significativa daquele tipo de vida.

### **Identificação do religioso no contexto das vocações apostólicas na Igreja**

Foi por aí que começou a distinguir-se a vida religiosa: pela profissão pública, reconhecida e legitimada pela Igreja oficial, diante de todo o Povo de Deus.

Este homem ou esta mulher, pela força do Espírito, se propunha realizar o Evangelho de modo pleno e radical em sua vida, fazendo disto a sua forma de presença no mundo e na Igreja. Isto o levava a abrir mão de inúmeros aspectos da vida, assumidos legítima e vali-

damente pela maioria dos homens. É claro que Deus não chamava todos a esta forma de concretização do projeto evangélico. Mas o fato de chamar a ela alguns através dos séculos e o dar para isto sensibilidade à Igreja, fez com que se cristalizasse pouco a pouco na Igreja o que definimos hoje como vocação à vida religiosa. Reconhecida e legitimada pela Igreja, ela se tornou uma das grandes vocações apostólicas. O que a distingue não é a vocação à santidade, meta comum de todos os cristãos. É a profissão pública, reconhecida, legitimada e valorizada pela Igreja, de querer viver plena e radicalmente o projeto evangélico, de modo coerente e como primeiro objetivo de sua vida. Só isto dá razão de ser à vida religiosa na Igreja. Isto faz com que a incoerência com tais propósitos em um religioso adquira uma cor e alcance próprios e uma conotação singular e aberrante. É isto o que **identifica** o religioso no contexto das vocações na Igreja. Esta identificação dependerá sempre da legitimação e do reconhecimento pela Igreja, porque a vida religiosa surge sempre como um fenômeno eclesial.

O que fica, bem claro, porém, é que a vida religiosa não se identifica pela sua ação, pelos seus modos de fazer, pelas características de sua atuação, mas pela índole qualitativa de sua presença, manifestada publicamente a Deus através da Igreja. De certo modo, pois, estiveram e estão abertas aos religiosos todas as formas de atuação na Igreja e no mundo, desde que mantida esta índole fundamen-

tal de querer atingir pela vida a realização plena e radical do seguimento de Jesus Cristo, o todo do projeto evangélico. Isto explica como, ao longo dos tempos, foi efetivamente múltipla e diversificada, a atividade dos vários religiosos na Igreja, ramos tão distintos de um mesmo tronco.

Na medida em que a vocação religiosa não pertence à estrutura hierárquica da Igreja e se distingue muito mais por um elemento interior de coerência de vida, do que por uma organicidade exterior de dinâmica de ação ou de presença, ela traduz na Igreja uma presença liminar de caráter carismático. A tensão e o equilíbrio entre estas dimensões profética e carismática no contexto eclesial é condição imprescindível para que se mantenha na Igreja a vocação religiosa. Tentar estruturá-la tanto que ela perca o respiro carismático que continuamente a liberta, privará a Igreja de uma válida possibilidade de renovação e conversão. Tentar exacerbar a dimensão profética pode conduzir à ruptura, sobretudo na medida em que ela tomar distância ou recuo com relação ao todo da própria Igreja.

Os santos, os fundadores, aqueles que viveram intensamente o apelo de radicalidade evangélica, atraíram outros à mesma vida. Passada a fase do eremitério, que só impropriamente se configura como vida religiosa, embora lhe seja o precursor, a dimensão de grupo, de **comunidade**, movida por um mesmo espírito e gravitando em torno de uma figura pólo, é uma constante

no surgir das formas diversas de vida religiosa. Por mais distinta e pluralista que seja a concepção de **comunidade** nas várias ordens e congregações, este sentido de pertença a um corpo apostólico, a uma comunidade, completa, com a profissão pública da consagração, o que distingue e identifica a vida religiosa no contexto eclesial.

No entanto, estes mesmos santos e fundadores ou seus imediatos sucessores intuíram a inviabilidade humana de uma vida baseada apenas no sopro intenso do mesmo espírito, mas carente de um mínimo de organização. Tentaram assim configurar esta base estrutural, dentro dos parâmetros de seu tempo e de sua própria história pessoal. O risco para muitos que se lhe seguiram foi absolutizar esta plataforma. Foi ter querido que ela se perpetuasse intocável através dos tempos, sobretudo de tempos de tão aceleradas transformações como os quatro séculos da idade moderna e, mais ainda, o século em que vivemos. Esqueceram-se de que, tendo relativizado cousas muito mais fundamentais, não era possível absolutizar o que se pretendia apenas como instrumento e ajuda.

Compreensivelmente, o apego à forma estrutural e normativa se acentuou pela consciência da debilitação do espírito dos primórdios. A regra passou então a ser não tanto o instrumento de volta constante à liberdade criativa e inicial do espírito, mas a garantia da mímica externa na manifestação de um espírito que se sentia esvaziado e estéril.

A partir de 1202, o voto único de consagração, passa a traduzir-se através da tríade dos votos de pobreza, castidade e obediência, que perduram até nossos dias. O incremento institucional da vida religiosa, nas inúmeras ramificações das Ordens e Congregações, bem como a interação societária dos indivíduos e grupos presentes e atuantes dentro e fora da instituição religiosa, levam à exigência de mais rigor na codificação jurídica destes votos. Verifica-se então o fenômeno comum em todo processo espiritual: de um lado, sente-se a imperiosa necessidade de precisar e definir: de outro, este mesmo processo fixa balizas e limites, geradores, pela fraqueza humana, de acomodação e mediocridade. Grandes corporações religiosas que atingiram uma sofisticada expressão legislativa no campo da pobreza ou da obediência, por exemplo, se viram enredadas e emperradas por décadas a fio por este mesmo aparelho jurídico que perdeu sua força libertadora e paralizou as pessoas e o grupo no seu todo.

### **Leitura do Evangelho, elemento determinante e indispensável, na elaboração de decisões**

A própria legislação se constituiu para muitas Congregações e Ordens, durante os Capítulos Especiais, suscitados pelo Motu próprio "Eclesiae Sanctae" e no período que se lhe seguiu, numa sólida barreira para a renovação desejada, após séculos de um modelo estagnado e em flagrante descompasso com as exigências do homem e do mundo

de nossos dias. O mesmo sentiu, aliás, a Igreja no seu todo institucional. O rápido envelhecimento do Direito Canônico de 1917 levou, em 1959, à consciência da inadiável reforma da expressão jurídica da Igreja. O grande impasse está em que, por um lado, se sente a necessidade incontornável de que a instituição, como todo grupo humano, encontre a expressão do seu direito; por outro, experimenta-se a precariedade de toda tentativa de fixar fórmulas jurídicas por muito tempo face à múltipla, exuberante e acelerada manifestação da vida, que, no mundo, como na Igreja, passaram a exigir de nós raízes e critérios profundos compatíveis com uma imensa e ágil versatilidade de aplicações. Em outros tempos, vividos ainda por nós, conhecíamos os modelos e os remédios, com as instruções e as bulas de aplicação.

Isto passou, de modo irreversível. Daí, a indiscutível atualidade do processo espiritual de discernimento pessoal e comunitário, que nos confronta sempre com a leitura do Evangelho frente a uma realidade que se tornou elemento determinante e indispensável na elaboração das decisões.

Foi esta preponderância ou mesmo exclusividade do enfoque jurídico, que nos fez abordar os votos, na formação e na vida, por um ângulo empobrecedor. Surgiu então a reação normal. Multiplicaram-se as teorias que, sobre declarar sociologicamente caduca a vida religiosa na Igreja e no mundo de hoje, questionaram precisamente os

votos como expressão válida de seu sentido. Proliferaram as fórmulas de compromissos nos últimos anos que expressam o engajamento de vida com Deus e para os homens, numa comunidade religiosa, sem recorrer à clássica tríade da pobreza, castidade e obediência.

Tendo exposto oralmente em conferências, retiros, encontros e as-

sembléias, uma visão complexiva dos votos religiosos de pobreza, castidade e obediência, como expressão válida e significativa hoje do engajamento global da pessoa humana, solicitei-me que o expusesse por escrito. É o que tentarei fazer nos próximos três números de **CONVERGÊNCIA**, atendendo a estes pedidos.

# ANTIGAS ORDENS RELIGIOSAS DO BRASIL, EXTINTAS NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL.

---

Riolando Azzi

---

Na história das Ordens Religiosas do Brasil, há fases de implantação e desenvolvimento, como também períodos de crise, decadência e extinção. Durante o período colonial, dez Ordens religiosas masculinas exerceram atividade apostólica no Brasil. Quatro dessas Ordens, após um período de crise durante a época imperial, conseguiram reativar suas atividades no início da república, sem que houvesse uma efetiva interrupção de continuidade. São elas a Ordem Franciscana, a Ordem Carmelitana, a Ordem Beneditina e a Ordem dos Frades Capuchinhos.

A Companhia de Jesus, expulsada do Brasil em 1759, foi a primeira Ordem que interrompeu suas atividades no Brasil, ainda na época colonial, mas os jesuítas voltaram já

a atuar durante o período imperial. Cinco das antigas Ordens, porém, se extinguíram completamente durante o período colonial e imperial. Essas Ordens efetivamente, não chegaram a ter uma atuação tão ampla como as precedentes, quer no tempo, quer no espaço. Não obstante, apesar de não poder competir em desenvolvimento e atividade apostólica com as cinco primeiras, merecem ser lembradas pela contribuição real dada à história religiosa do Brasil.

São elas: Ordem de Nossa Senhora das Mercês, Congregação dos Padres do Oratório de S. Felipe Néri, Ordem dos Padres Agostinianos Recoletos, Ordem dos Carmelitas Descalços e Ordem dos Irmãos Hospitalários de São João de Deus.

O período de permanência desses religiosos no Brasil não foi tão longo como o dos religiosos das outras cinco ordens, os quais, exceção feita dos Padres Capuchinhos, se haviam instalado no Brasil ainda no século XVI. Os Padres das Mercês chegaram ao Brasil em 1639; a Congregação do Oratório fundou-se em 1662; a Ordem dos Carmelitas Descalços estabeleceu-se no Brasil em 1665; os Padres Agostinianos Recoletos chegaram em 1693, e os Padres Hospitalários fundaram o seu convento em 1756.

Além disso, também suas atividades foram limitadas a determinadas regiões do país. Os Padres das Mercês restringiram-se ao Norte do Brasil, fundando conventos no Pará e no Maranhão; os Padres Oratorianos atuaram no Nordeste, com comunidades religiosas na Bahia e em Pernambuco; também os Car-

melitas Descalços limitaram-se ao Nordeste, com dois conventos, um em Salvador e outro em Recife; a Ordem dos Padres Agostinianos Recoletos teve apenas um hospício na Bahia, e os Padres Hospitalários cuidaram de um hospital em Cachoeira, na Bahia.

A importância histórica desses cinco institutos pode ser estabelecida pela própria ordem cronológica de instalação no Brasil: 1.º) Ordem das Mercês; 2.º) Padres do Oratório; 3.º) Carmelitas Descalços; 4.º) Agostinianos Recoletos; 5.º) Hospitalários de São João de Deus. Dos Padres das Mercês e dos Padres do Oratório daremos um breve resumo de atividades, para enfocá-los com mais detalhe em estudos exclusivos (1). Daremos ao invés uma apresentação mais ampla neste artigo às três outras Ordens, de acordo com os dados fornecidos pelas fontes pesquisadas.

## I — Ordem de Nossa Senhora das Mercês

Constituída de padres espanhóis, a Ordem das Mercês foi o único instituto de religiosos estrangeiros a se estabelecer por longo tempo no Brasil no período colonial. As demais Ordens eram compostas de religiosos vindos de Portugal. Segundo a maioria dos autores, esses religiosos chegaram ao Brasil em 1639, vindos de Quito, a convite do capitão-general Pedro Teixeira. Não obstante, Almeida Pinto antecipa a chegada deles para 1631.

“Os mercedários, porém, escreve ele, frades espanhóis, chegaram ao

Pará em 1631, e só em 1640 começaram a sua igreja e convento, conquanto já em 1636 tivessem uma pequena ermida em que viviam, no mesmo convento em que edificaram o convento referido, e também foram eles os primeiros criadores de gado vacum e cavalari na ilha de Marajó desde 1644” (2).

Não sabemos em que fontes se baseia o autor, que escreveu no século passado, para essa afirmação. Um dado parece fora de discussão. O ano de 1640 como data da fundação do primeiro convento e igre-

ja no Pará. Sucessivamente fundaram ainda dois conventos: um em Alcântara, em 1659, e outro em São Luís do Maranhão, em 1664. Posteriormente fundaram também um hospício na vila de Cametá, no Grão Pará.

Os Padres das Mercês dedicaram-se no Brasil a duas atividades específicas: missões entre os índios e educação da juventude. Já nas primeiras décadas do século XVIII notam-se sinais de crise na Ordem, cuja raiz principal talvez possa ser indicada no demasiado enriquecimento da Ordem, devendo os frades preocupar-se mais com a administração de suas fazendas do que nas atividades pastorais.

Isto levou o bispo D. Frei Caetano Brandão a propor a extinção da Ordem no Pará em 1785, pretendendo aplicar o patrimônio dos mercedários em pias instituições por ele fundadas. Dois anos depois a Santa Sé aprovou a extinção da Ordem, mas a aplicação da bula papal só se tornou efetiva em 1794, ano em que tomava posse da diocese D. Manuel de Almeida Carvalho.

“Nesse ano de 1794, escreve Almeida Pinto, aos 18 de junho, em virtude do aviso de 24 de março para observância da Bula Pontifícia de 13 de novembro de 1787, foram extintos os frades da Senhora das Mercês no Pará, e removidos para o convento deles em Maranhão como tinha proposto o bispo Dom Frei Caetano Brandão, com o fim de com os bens desses religiosos se edificar a casa das educandas, e fazer seu patrimônio; assim como ao

hospital da Caridade e ao Seminário Episcopal, estabelecimentos estes de sua criação e fundação e por este fato pareceu ao prelado que estava realizado o pensamento do seu antecessor; porém infelizmente o desideratum ficou mais longe do que pensou, porque as cômguas dos canonicatos extintos, assim como os bens dos Mercenários reverteram em benefício da Fazenda pública”.

E em seguida acrescenta:

“Voltando à extinção dos Padres da Senhora das Mercês registrarei estes fatos: a prata da igreja destes padres foi remetida pelo general para Lisboa na charrua S. João Magnânimo, tirada a que foi aplicada ao uso da catedral e freguesias; esta embarcação que dos estaleiros do Arsenal da Marinha tinha há pouco saído pronta, e era esta a sua primeira viagem, ao sair do Pará sossobrou nos baixos da Tijuca, onde foi sepultada a dita prata, salvando-se unicamente a gente” (3).

Reduzida ao Estado do Maranhão, continuou a agravar-se a crise da Ordem. Nomeado comissário geral do Brasil em 1799, frei José Vieira de Abreu, de família lusitana, tentou restaurar a Ordem. Não obstante, após a independência do Brasil em 1822, os religiosos não souberam aproveitar a oportunidade para dar à instituição um caráter nacional, o que acelerou sua extinção.

Tendo o governo do Brasil proibido a obediência dos religiosos a superiores gerais do estrangeiro, a Ordem ficou acéfala; e não podendo receber novos sócios, foi-se ex-

tinguindo lentamente. Conforme atesta D. Pacheco, o convento das Mercês de São Luís foi comprado pelo bispo de Maranhão, D. Antônio Alvarenga, de frei Manuel Rufino de Santana Freitas, último mercedário sobrevivente, nos últimos anos da época imperial (4).

## II — Congregação do Oratório

Destaque especial merece a Congregação do Oratório, por ser o primeiro instituto religioso fundado no Brasil. A obra foi fundada em 1662 em Olinda, pelo Pe. João Duarte de Sacramento. A fundação inspirava-se na Congregação do Oratório fundada na Itália por São Felipe Néri no século XVI, e em congregações análogas fundadas posteriormente em outras nações. A Congregação do Oratório no Brasil teve duas fases distintas: a fase brasileira e a fase lusitana.

Na primeira fase, que se poderia chamar brasileira, a Congregação orientou-se pelo espírito do fundador, que desejava uma congregação diretamente voltada para os pobres, para os índios e caboclos do sertão. Os religiosos viviam em grande pobreza, em forma quase eremítica. As regras do instituto foram aprovadas em 1671, segundo o modelo do Oratório romano.

A congregação, por vontade do fundador, teve seu início na ermida de Santo Amaro, em lugar afastado e descampado, para que os religiosos pudessem manter o espírito de recolhimento. Posteriormente fundou-se o convento da Madre de Deus em Olinda, parte da he-

rança deixada por João Fernandes Vieira. Em 1685, o padre João Duarte foi nomeado bispo de Pernambuco. Mas veio a falecer antes de ser sagrado, a 10 de janeiro de 1686, no Convento da Madre de Deus. Com a morte do fundador terminou a primeira fase de vida da Congregação.

No ano seguinte, os dois procuradores da Congregação em Portugal entraram em comunicação com o Padre Quental, fundador da Congregação do Oratório em Portugal. Este planejou então assumir a direção da Congregação de Pernambuco, enviando mais de vinte religiosos de Portugal.

Queria o Padre Quental que os religiosos de Pernambuco adotassem os mesmos estatutos de Portugal. Mas encontrou forte resistência por parte dos antigos membros da Congregação no Brasil. A Congregação passou então por uma crise muito forte. Finalmente, tendo o rei D. Pedro II apoiado o interesse dos portugueses, os antigos membros da Congregação deixaram em massa o instituto, a maioria ingressando em seguida para a Companhia de Jesus.

Nessa segunda fase, a Congregação passa a dar importância à vida urbana e ao ensino, conforme o modelo do Oratório português. Em 1756, a Congregação ampliou suas atividades com a fundação de um convento na Bahia. Crescia então o prestígio dos padres como educadores. Não obstante, foi esse caráter declaradamente lusitano o que provocou a supressão da Congregação do Oratório no Brasil pelo governo imperial, com decreto de 9 de dezembro de 1830.

### III — Ordem dos Carmelitas Descalços

Em 1562, Santa Teresa de Jesus reformava, em Ávila, a antiga regra do Carmo. Em 1581, um ano antes da morte, a santa enviou a Portugal alguns religiosos da Ordem sob a autoridade de frei Ambrósio Mariano. Por isso os Carmelitas Descalços passaram a ser conhecidos também como Terésios (de Teresa de Ávila) ou Marianos (de Ambrósio Mariano). Em 1593, o Papa Clemente VIII separou os frades reformados de Santa Teresa dos Carmelitas Calçados, constituindo-os em Ordem religiosa com superior geral próprio.

#### Fundação e expansão da Ordem no Brasil

Em 1665, alguns Padres Terésios, tendo como superior frei José do Espírito Santo, vieram estabelecer residência na Bahia, edificando um pequeno hospício no sítio chamado Preguiça. O hospício se transformou depois num grande convento, e a igreja anexa foi inaugurada em 1687. Os religiosos teresianos da Bahia incumbiram-se de uma missão entre os índios à margem do rio Subahuman.

Em 1686, esses religiosos edificaram um segundo convento na cidade de Olinda, em Pernambuco. A igreja de Nossa Senhora do Deserto, que lhe fica anexa, fora edificada pelo governador João Fernandes Vieira depois da expulsão dos holandeses (5). Em 1738, assumia o governo da diocese um frade da Ordem dos Carmelitas Descalços, dom frei Luís de Santa Teresa.

No amplo relatório deixado sobre a situação da diocese ele afirma que “os carmelitas da observância sujeitos ao provincial na Bahia residiam nos conventos de Olinda e Nazaré do Pontal, e tinham um hospício e um sítio ou casa de freiras” (6). A Ordem estava portanto num período de expansão progressiva. Não obstante, a partir da expulsão dos jesuítas em 1759 também as Ordens religiosas entraram em fase crítica, pela política pombalina. Ao falar do convento da Bahia, o Cônego Müller observa:

“Este convento sofreu também as consequências do célebre aviso de 1762, bem como as secularizações sucessivas tornaram-no vazio” (7).

A partir de então escasseiam informações sobre a atuação da Ordem até a época da supressão.

#### Supressão dos Carmelitas Descalços em Pernambuco

Durante o período imperial foram supressos os Carmelitas Descalços, Teresianos ou Marianos. A razão básica parece ter sido sua solidariedade com os portugueses que não aceitavam a Independência do Brasil. E principalmente o fato de não se terem constituído em Província independente de Portugal como exigia o governo imperial. Uma das consequências do nativismo nos primeiros meses depois da Independência foi a expulsão dos Carmelitas Descalços do convento de Santa Teresa de Olinda, a 29 de setembro de 1823.

Em uma de suas cartas a Damão, frei Caneca procura justificar aquela expulsão e restabelecer a verdade dos fatos.

“Por isso, não admira que te chegassem tão alteradas as notícias do despejo... Aqui mesmo, onde teve lugar aquele sucesso, é para maravilhar o que se diz da moralidade daquela ação, mau tratamento dos padres, roubos que praticaram e outras cousas dessa natureza” (8).

A esse respeito, comenta o Cônego Baratta:

“A exaltação de ânimos, aumentada pela prisão de dois frades marianos, um na comarca do sertão e outro em Limoeiro, “por espalharem doutrinas subversivas e contrárias à causa do Brasil”, e pelas notícias vindas da Bahia do auxílio que os Terésios daquela cidade prestaram às tropas do general Madeira, leva-me a crer que a expulsão não foi tão delicada como nô-lo narra frei Caneca, e que os boatos que se espalharam na ocasião tinham algum quê de verdade.

“O fato é que os religiosos na tarde de 29 de setembro foram obrigados a deixar o convento passando-se para o convento de São Francisco do Recife. O cabido oficiou à junta provisória requisitando para si, como Ordinário da diocese, a administração da casa abandonada pelos Teresios” (9).

Alguns anos depois a Ordem foi extinta em Pernambuco por uma resolução do regente Diogo Antônio Feijó, datada de 25 de agosto de 1831, no seguinte teor:

“A Regência, em nome do Imperador, o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléia Geral, sobre proposta do Conselho Geral da Província de Pernambuco:

Art. 1.º — Fica proibida em Pernambuco a associação dos Carmelitas Descalços denominados Terésios.

Art. 2.º — A casa em que até agora tem habitado será destinada para o estabelecimento de uma dessas casas em que se devem recolher e educar os órfãos a cuja manutenção foram destinadas as rendas dos bens dos ex-Congregados de São Felipe Neri”.

Comentando o decreto, escreve Cândido Mendes:

“Não sabemos a quanto montou a massa dos bens desta Ordem”.

Em em seguida acrescenta:

“Os da Bahia, como já vimos, ficaram expostos à extinção indireta, ou por bloqueio, não se consentindo que abrissem noviciado, para que ficasse o Tesouro Nacional com suas propriedades, como bens vagos” (10).

### **Supressão dos Carmelitas Descalços na Bahia**

A partir da Independência do Brasil, os religiosos carmelitas da Bahia, favoráveis à causa portuguesa, passaram a ser hostilizados e entraram em crise.

“Ainda depois da separação do Brasil da Metrópole, escreve o Cônego Müller, continuaram os Religiosos Carmelitas Descalços na obediência aos Superiores de Portugal”. Diante de tal procedimento o Ministro e Secretário de Estado José Clemente Pereira enviou ao Presidente da Província José Edígio Gordilho de Barbuda o seguinte ofício:

“Ilmo. e Exmo. Sr.:

“Tendo chegado ao conhecimento de S. Majestade o Imperador que os Religiosos Carmelitas Descalços dessa Província têm em Portugal seus Prelados Maiores, os quais não obstante a Independência, em que este Império se acha daquele reino, continuam a prestar obediência, dando com este fato lugar a que os estrangeiros exerçam autoridade dentro do território do Império, o que é manifestamente ofensivo da categoria de sua independência e prejudicial aos seus interesses e proibido pelas suas leis; ordena o mesmo Senhor que V. Excia. faça constar aos mencionados religiosos, que lhes é proibido por todos os princípios obedecer a Superiores estrangeiros; e que no caso de quererem continuar a residir no mesmo Império, devem imediatamente tratar de se mostrarem desligados de toda e qualquer obediência a tais Superiores, como em caso idêntico já praticaram os monges beneditinos, cujo exemplo digno de louvor cumpria que os Carmelitas tivessem imitado. Deus guarde V. Excia. Palácio do Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1828”.

Não sabemos ao certo o resultado do ofício, mas parece que teve efeito positivo entre os Carmelitas.

Ao menos é o que nos dá a entender o Cônego Müller, e, em vista dos documentos por ele pesquisados.

“Este ofício — afirma ele — que foi por cópia transmitido ao Governador do Arcebispado, Cônego Dr. José Cardoso Pereira de Melo, creio que decidiu os Terésios a terem nova direção, porque em data de 21 de junho de 1830 o Exmo. Sr. D. Romualdo oficiava ao Governo Imperial no sentido da separação exigida dos Carmelitas Descalços, dizendo que por seu intermédio tinham-na feito”. Em 3 de novembro do mesmo ano o Visconde de Alcântara, João Inácio da Cunha, perguntava ao Metropolita: “1.º) Quem era e onde residia o Geral, o Vigário Geral dos Religiosos de Santa Teresa que residiam no Brasil. 2.º) Onde se fazia o capítulo da dita Ordem. 3.º) Se ela persistia no intento de não admitir brasileiros”.

“Não sei qual foi a resposta que deu o preclaro arcebispo, conclui o citado autor, mas o certo é que dez anos depois pela lei provincial de 2 de junho de 1840, foi extinta a Ordem Carmelitana Descalça desta Província”. Desde dezembro de 1836 vinha o Presidente da Província, Dr. Francisco de Souza Paraíso, se comunicando com o senhor arcebispo sobre a instalação do Seminário no Convento dos Terésios, a fim de poder instalar no edifício da Palma o Liceu Provincial, dizendo mesmo que essa mudança devia ser feita de “acordo e consentimento dos quatro religiosos (de Santa Teresa) que ali habitavam” (11).

O decreto de extinção da Ordem na Bahia se deu pela lei provincial n. 129, de 2 de junho de 1840, no seguinte teor:

“Tomás Xavier Garcia de Almeida, Presidente da Província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

“Art. Único: Fica extinta a comunidade dos Carmelitas Descalços desta Província. Ficam sem vigor as disposições em contrário.

“Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça cumprir, publicar e correr” (12).

Logo que essa lei foi publicada, solicitou o arcebispo Dom Romualdo Seixas que a administração dos bens dessa Ordem fosse confiada ao Seminário, para seu patrimônio. Mas a terceira comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados opinou em sentido contrário, sustentando em seu parecer que os bens da Ordem extinta fossem de preferência dados à Província da Bahia, cuja Assembléa Legislativa teria meios de mais facilmente dotar o Seminário Episcopal.

Não obstante, o parecer ficou esquecido, e somente pela lei de 17 de setembro de 1851, se ordenou a conversão dos prédios da Ordem, que ainda não haviam sido arrematados, em apólices de dívida pública inalienáveis, para fazerem parte do patrimônio do Seminário

Arquiepiscopal. D. Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia, assim comenta essa transferência de bens:

“Ora, o mencionado convento de Santa Teresa possuía, além das alaias da Igreja e mais utensílios do serviço da casa, que com ela ficaram pertencendo ao Seminário, um não pequeno número de prédios urbanos que constituíam o seu patrimônio, e cuja aplicação, segundo a lei vigente, depende da Assembléa Geral Legislativa.

“Nada pois era mais natural e conforme ao espírito de justiça, à face de reconhecida insuficiência dos créditos do mesmo seminário, do que aplicar-lhe ou todo ou a maior parte do produto da venda dos ditos prédios; mas não aconteceu assim, e logo que tive notícia de haverem eles sido arrematados no valor de 30.000\$000, que deviam recolher-se ao Tesouro, me dirigi ao ministro Eusébio, implorando do governo imperial o valioso auxílio, que tão oportunamente se oferecia a bem do nascente estabelecimento, alegando mais que com este ato tão pio e justificado, se sanaria de alguma sorte a irregularidade da supressão desse convento pela autoridade civil, sem o concurso do poder espiritual.

“O referido ministro fez quanto lhe foi possível para obter o favorável deferimento da minha súplica, segundo me comunicou em um offício que se acha transcrito no tomo V da coleção dos meus escritos; mas o Ministro da Fazenda, aliás tão ilustrado e mesmo respeitador das instituições religiosas, entendeu desta vez que a soma de 30.000\$000,

proveniente da venda dos bens, que nunca tinha pertencido à Nação, seria mais produtiva que o interesse vital e permanente que pode trazer ao Estado o progresso da instituição e educação dos ministros da Igreja. Assim que não anuiu à pro-

posta de seu colega, e apenas conveio que, a sua importância, no valor de 16:000\$000 ou 17:000\$000 depois de convertida em apólices inalienáveis, adjudicada ao patrimônio do Seminário” (13).

## V — Ordem dos Padres Agostinianos Recoletos

De antiga fundação medieval, os Padres Agostinianos ou Agostinhos entraram em Lisboa no século XV com D. Afonso Henriques, e ali fundaram o convento e a igreja de Nossa Senhora da Graça. A primeira tentativa de instalação dos Padres da Ordem de Santo Agostinho no Brasil foi feita em princípios do século XVII. A iniciativa coube ao governador geral de Pernambuco Diogo Botelho.

Chegando ao Recife em 1602, “trouxe ele consigo dois religiosos graves de Nossa Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho (onde tinha um filho), para fundarem casa em Pernambuco; mas o povo não o consentiu, dizendo que não era capaz a terra de sustentar tantos religiosos graves, porque já os tinha da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo, do Patriarca São Bento e do nosso Seráfico Padre São Francisco; e assim dando-lhes uma boa esmola, que com o favor do governador se tirou dos engenhos, se tornaram os dois religiosos para Lisboa. São palavras de Frei Vicente de Salvador, citado pelo Sr. J. de Rocha Pombo”.

O padre Rafael Galanti no tomo I do seu Compêndio de História afir-

ma ter vindo com Diogo Botelho um sacerdote da Ordem de Santo Agostinho, castelhano de nação, destinado a passar às minas de São Vicente (14).

Frustrada essa tentativa, a instalação dos agostinianos no Brasil só se verificou em fins do século XVII como consequência do movimento de reforma da Ordem efetuado na Espanha. A Ordem Agostiniana foi reformada naquele país pelo Venerável Frei Tomé de Jesus, reforma aprovada no capítulo provincial de Toledo, reunido no ano 1588.

Na reforma colaboraram São Tomás de Vilanova e o beato Alonso de Orosco. Muitos conventos aderiram à reforma, constituindo a partir de 1602 uma província separada. Em abril de 1605 Felipe III da Espanha por provisão real autorizava os Recoletos Agostinianos a passarem para as ilhas Filipinas, dedicando-se à atividade missionária. Os religiosos Agostinianos Reformados ou Descalços passaram também a exercer missões na ilha de São Tomé, possessão portuguesa, provavelmente ainda na época de união da coroa portuguesa à espanhola.

## Instalação da Ordem Agostiniana no Brasil

A chegada efetiva dos religiosos Agostinianos no Brasil deu-se em fins do século XVII. A finalidade era a fundação de um hospício que serviria como ponto de ligação para os religiosos que de Portugal iam à ilha de São Tomé. A 24 de maio de 1693, o rei D. Pedro II escrevia ao governador geral da Bahia, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, notificando-lhe que na frota que expedira, iam embarcados nove religiosos Agostinhos Descalços, aos quais concedera poderem fundar um hospício na cidade da Bahia, para continuarem a missão da ilha de São Tomé com os outros que já ali assistiam.

Em carta datada de 24 de julho de 1693, o governador respondia a El Rei que efetivamente tinham chegado os Agostinhos Descalços a 21 de maio, mas que até então não havia chegado o comissário geral. Acrescentava que o segundo prelado escolhera o sítio da herdade de Nossa Senhora da Palma, e que já tinha quase ajustado com os administradores dela para a largarem, só com a obrigação de doze missas que os padres lhes haviam de dizer cada ano, e uma sepultura para eles serem enterrados.

Além disso informava o governador que na ermida e sacristia nada havia de gastar a fazenda real, mas que nos cômodos dos religiosos era necessário fazer os gastos precisos, que seriam o mais reduzido possível (15). A 18 de setembro de 1693, os religiosos começaram a

habitar o Hospício de Nossa Senhora da Palma.

Pouco sabemos sobre as atividades dos Agostinianos no Brasil e a vida do Hospício. Um dos poucos dados que temos é a fundação da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz em 1751, na igreja da Palma. Convém assinalar também o nome do bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa Lima. Nascido na Bahia a 25 de junho de 1723, recebeu provavelmente influência dos religiosos Agostinianos.

Passou depois a Portugal, recebendo a murça de Cônego Regrante no mosteiro de Santa Cruz a 21 de março de 1747, aos 24 anos de idade. Amigo de Pombal, foi o primeiro brasileiro eleito como bispo de Olinda, sendo sagrado a 29 de maio de 1773. Nesse mesmo período estava à frente da diocese da Bahia outro frade agostiniano, Dom Frei Antônio Correia, falecido em 1802. Provavelmente neste período já estava em crise o Hospício da Palma.

“Quer fosse por não existirem já nesta cidade os religiosos agostinianos em 1778, quer por outra qualquer causa desconhecida, consta que nesse ano o Governo da Província converteu o hospício em hospital militar. Intervindo, porém, reclamação do Vigário da respectiva Ordem, entraram mais tarde de novo esses religiosos na posse do hospício, sendo novamente restituído ao respeitável Frei Bento da Trindade, religioso de distinto mérito por seu saber e virtudes, pregador da real capela de Bemposta,

o qual o reedificou. O hospício assim restaurado abrigou durante tempos os religiosos agostinianos. O último presidente do hospício foi frei Bernardo de Nossa Senhora da Ajuda, que se retirou para Portugal a 2 de julho de 1823, deixando-o incumbido a Frei João de Santa Maria. Conservou-se este ali até a data de 4 de maio de 1824” (16).

### **A extinção da Ordem Agostiniana no Brasil**

O hospício da Palma foi fechado por D. Pedro I em 1824, a fim de evitar que esse patrimônio fosse delapidado, ordenando que o hospício fosse utilizado como seminário eclesiástico. A Carta do Imperador é do seguinte teor:

“Presidente da Província da Bahia. Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, vos envio muito saudar.

Tendo-me representado o Vigário Capitular desse Arcebispado as providências que havia dado, não só para obstar aos descaminhos e vendas que pretendia fazer frei João de Santa Maria, da prata e alfaias pertencentes à Igreja e Hospício de Nossa Senhora da Palma, que se achava desamparado e unicamente ocupado por aquele religioso, mas também para evitar o escândalo e irregular conduta e falta de decência com que este mesmo religioso tratava aquele hospício, suplica-me igualmente, visto o abandono em que ficava pela retirada também para Portugal do seu presidente, Frei Bernardo de Nossa Senhora da Ajuda, fosse nele estabelecido um

seminário para educação e instrução das pessoas que se destinam ao estado eclesiástico, de que o mesmo Arcebispado tem a maior necessidade, e merecendo a minha imperial consideração todas essas razões, pelas vantagens e bens que de um tão útil estabelecimento devem resultar à Igreja e ao Estado; hei por bem, anuindo à sobredita representação, aplicar para uso do referido seminário o Hospício e Igreja de Nossa Senhora da Palma, ereta nesta cidade, que até aqui tem sido ocupada pelos religiosos da Ordem de Santo Agostinho de Portugal.

“O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhais entendido e façais, para o seu devido efeito, expedir as ordens necessárias. Escrita no palácio do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1824, 3.º da Independência do Brasil” (17).

Em suas Memórias, o arcebispo D. Romualdo Seixas narra a instalação do seminário, no Convento da Palma e a subsequente troca pelo convento dos terésios.

“Um dos primeiros atos do governo imperial, escreve ele, depois da emancipação política, foi a doação, por carta de 31 de maio de 1824 do Hospício da Palma, que havia pertencido aos Religiosos de Santo Agostinho, para aí ser instaurado o antigo seminário, e o subsídio de um conto de réis para sua manutenção; mas, ou fosse pelas inevitáveis interrupções causadas pela luta de Independência nesta província, ou porque os vigários capitulares não tinham bastante

influência e prestígio para vencerem os imensos obstáculos, que necessariamente devia encontrar, como de fato encontrou a realização desta obra, ela não teve andamento até a minha posse. . .

“Tratei imediatamente de mandar aprontar o supradito Hospício da Palma com as acomodações que exigia o seu novo destino, e no dia 6 de abril de 1834, designado para a abertura do novo Seminário, teve lugar esta cerimônia com um sole-  
ne Te Deum de ação de graças, por este assinalado benefício da Providência.

“Contudo o Hospício da Palma não oferecia todas as comodidades que exigem semelhantes estabelecimentos, havendo sido extinto pela Assembléa Legislativa Provincial o

Convento dos Religiosos de Santa Teresa, que tinha muito melhores proporções, tanto pela capacidade do edifício, como pela vantagem de uma vasta chácara para recreio dos seminaristas, propus a transferência do seminário para este convento ao então presidente da Província, o Senador Francisco de Souza Paraíso, que não hesitou em conformar-se com a minha opinião, destinando entretanto o referido hospício da Palma para Liceu, que acabava de ser criado pela mesma Assembléa Provincial. Esta medida foi aprovada pelo Governo Imperial” (18).

Encerrava-se deste modo definitivamente a vida do único convento que os Agostinianos Descalços tinham tido no Brasil.

## V — Ordem dos Irmãos Hospitalários de São João de Deus

A Ordem dos Irmãos Hospitalários, fundada na Espanha pelo português João de Deus, passou a ser reconhecida como província independente em 1586, no tempo de Xisto V. No ano de 1606 vieram dois religiosos a Portugal e fundaram um templo e um hospício na casa onde nascera João de Deus. D. Domingos de Loureto Couto faz menção de dois religiosos dessa Ordem, frei Miguel e frei Francisco de Jesus, “varões de vida ativa e contemplativa que no distrito da vila de Porto Calvo, em Pernambuco, foram mortos pelas mãos dos holandeses, quando estes lá chegaram em 1635” (19).

Mas a instalação oficial dos Irmãos Hospitalários só se deu no século XVIII. Essa permanência foi muito limitada no tempo (pouco mais de vinte anos) e no espaço (restringida a uma fundação em Cachoeira, na Bahia), e por isso corre perigo de ser olvidada. A fundação do Hospital da cidade de Cachoeira, distante 14 léguas da Bahia, foi iniciada em 1731, em terras doadas pelo capitão João Rodrigues Adorno e sua mulher, D. Úrsula de Azevedo.

A administração do hospital esteve por vinte anos a cargo de Antônio Machado Velho, desde o iní-

cio em 1734, primeiro ano de funcionamento até 1754. A 17 de junho de 1754 Antônio Machado fez doação do hospital, por escritura pública, aos Padres da Ordem de São João de Deus de Lisboa.

“A 21 de março de 1755 assinavam eles, no convento de São João de Deus, de Lisboa, um termo pelo qual o Padre Provincial, Frei Bartolomeu da Conceição com seu definitório, composto de frei Tomás de Aquino Xavier, frei João de Deus e frei Felipe de Figueiredo, aceitava a fundação sob certas condições propostas, de inteligência com o monarca, por Diogo de Mendonça Couto, representando a secretaria dos negócios ultramarinos, no qual também após a sua firma João Evangelista.

“Vinham a ser estas condições que assistiriam no referido hospital só quatro religiosos de São João de Deus, além do fundador e dotador do mesmo hospital, que nele podia continuar a viver, número que depois da morte dele nunca poderia ser excedido; que, no tocante ao espiritual, ficassem os religiosos sujeitos à jurisdição do Arcebispo da Bahia e quanto ao temporal, à ação das justiças seculares e ao ouvidor da comarca, quando em correição visitasse o estabelecimento” (20).

Em setembro de 1755 os Padres de São João de Deus chegavam à Bahia, e só tomaram posse do Hospital a 29 de junho de 1756. Antônio Machado Velho foi recebido na Ordem de São João de Deus, fazendo a profissão em 1757, após o noviciado, com o nome de frei Antônio de Nossa Senhora de Be-

lém. Em 1761 achavam-se no hospital de São João de Deus os seguintes religiosos: frei João de São Tomás Castro, superior; frei Isidoro José do Rosário, sacerdote que celebrava e administrava os sacramentos; frei José de Santo Antônio, procurador, encarregado também do peditório e frei Antônio de N. S. do Belém, que servia os enfermos e também esmolava.

Frei João de São Tomás dirigiu o hospital até 1769, sendo sucedido no cargo em 1770 por frei José de Santana Lima. Durante sua administração faleceu Antônio Machado Velho, com 84 anos e 13 de profissão na Ordem de São João de Deus. Frei José de Santana Lima faleceu a 25 de janeiro de 1778. Após a sua morte, a Provedoria dos Ausentes tomou conta da casa do Hospital e do Convento, e a partir de 1798, entregou a administração do hospital a administradores nomeados pelo Juiz de Fora. Terminava assim a breve atuação dos Irmãos Hospitalários de São de Deus no Brasil (21).

## Conclusão

Eis alguns aspectos que merecem consideração especial, ao término deste estudo:

1. Os religiosos da Ordem das Mercês, da Congregação do Oratório, da Ordem dos Carmelitas Descalços, da Ordem de Santo Agostinho e dos Irmãos Hospitalários de São João de Deus exerceram diver-

sas atividades apostólicas no Brasil, mormente na catequese dos índios e no ensino dos colégios, além de outras obras de caráter social e caritativo.

2. A razão principal da extinção e supressão desses religiosos foi, sem dúvida, a falta de uma integração completa na realidade brasileira, ficando em geral mais ligados aos interesses de Portugal que aos do Brasil, especialmente após a Independência proclamada em 1822.

3. Não se pode negar também que alguns desses institutos já não brilhavam pela exemplaridade religiosa na época da extinção. Por outro lado, também as autoridades civis não escondiam suas pretensões contra o patrimônio dessas Ordens. Isso reforçou ainda mais o movimento para a supressão das Ordens em fins do período colonial e durante o período imperial.

1. Vide AZZI, RIOLANDO, **A Ordem das Mercês no Brasil: instalação, expansão e extinção**, em CONVERGÊNCIA. 1976, novembro, 558-575. 2. PINTO, ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA, **O Bispado do Pará**, Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Belém, 1906, 34. 3. Idem, ver nota 2, página 142. 4. PACHECO, D. FELIPE CONDURU, **História Eclesiástica do Maranhão**, São Luiz, 1948, 146. 5. MACEDO, FERNANDO, **O Brasil Religioso**, Bahia, 1920, 111-112. 6. BARATA, CÔN. JOSÉ DO CARMO, **História Eclesiástica do Pernambuco**, Recife, 1922, 55. 7. MÜLLER, CÔN. CRISTIANO, **Memória Histórica sobre a Religião na Bahia**, Bahia, 1923, 133. 8. **Obras políticas e literárias de Frei Caneca**, II, 375. 9. Idem, ver nota 6, pá-

4. Com exceção da Ordem das Mercês, cuja extinção no Pará foi proposta pelo bispo D. Caetano Brandão, os demais institutos religiosos foram extintos por medidas da autoridade civil, sem nenhum consentimento explícito da autoridade eclesiástica. Uma vez consumada a supressão, os bispos procuraram em geral salvar os patrimônios dos religiosos para aplicá-los na manutenção dos seminários episcopais.

5. Das cinco Ordens religiosas extintas durante a época colonial e imperial, três delas voltaram a estar presentes no Brasil na era republicana, depois da separação entre Igreja e Estado. Primeiro voltaram os Padres Agostinianos Recoletos, em seguida os Carmelitas Descalços e por último os Padres das Mercês. Segundo nos consta, apenas os Padres do Oratório e os Irmãos Hospitalários de São João de Deus não mais voltaram a exercer suas atividades apostólicas no Brasil.

ginas 92-92. 10. ALMEIDA, CÂNDIDO MENDES, **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1866, tomo I, 3ª Parte, 1108-1109. 11. Idem, ver nota 7, páginas 122-124. 12. Idem, ver nota 10, páginas 1113-1115. 13. **Memórias do Marquês de Santa Cruz**, Rio de Janeiro, 1861, 162-163. 14. Idem, ver nota 5, páginas 190-191. 15. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo IXXI, ano 1908, parte primeira. 16. Idem, ver nota 5, páginas 192-193. 17. Idem, ver nota 10, páginas 1105-1106. 18. Idem, ver nota 13, páginas 160-162. 19. COUTO, DOMINGOS DE LORETO, **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, IV, capítulo 26. 20. Idem, ver nota 5, páginas 203-204. 21. Idem, ver nota 5, páginas 204-205.

# LIVROS NOVOS

## Para Você Ler

**A POBREZA EVANGÉLICA**, J. Dupont, A. George, S. Légasse, B. Rigaux, Ph. Seidensticker. Tradução do original francês **La Pauvreté Évangélique**, de Clemente Rafael Mahl. Edições Paulinas, São Paulo. Ano 1976. Páginas 184.

Depositada pelo Cristo como um semente no coração dos homens, a mensagem da **pobreza evangélica** inquieta e atormenta a Igreja de hoje. O Concílio Vaticano II tinha muita consciência sobre a presença e a atuação dessa mensagem. Buscando o caminho da purificação e da renovação, o Concílio Vaticano II tinha muito bem presente a realidade do Cristo que "sendo rico, se fez pobre por nós, a fim de nos enriquecer pela pobreza" (2 Cor 8, 9). O próprio Concílio emitiu estes pensamentos:

"A Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação". E ainda mais: "A Igreja cerca de amor todos os afligidos pela fraqueza humana, re-

conhece mesmo nos pobres e sofredores a imagem de seu fundador, igualmente pobre e sofredor. Ela faz o possível para mitigar-lhes a pobreza e neles procura servir a Cristo" (Lumen Gentium, nº 8).

Há vários decênios a Igreja vem tomando uma posição de autocrítica, posição, aliás que cada dia vem se tornando mais importante. Em consequência disso, há uma conscientização sempre mais crescente a respeito do contraste que se faz visível entre o apelo do Cristo e a realidade humana. Graças a estudos, a pesquisas, a tentativas de renovação e a pressões diversas, originou-se uma forte corrente de homens que tencionam viver "a vida evangélica na maior autenticidade possível", removendo para bem longe de si toda sorte de falsa segurança.

Para sabermos quais são as verdadeiras exigências do Cristo e de como vivenciá-las nas contingências atuais do mundo e da Igreja, parece-nos, como primeiro postulado, necessários interrogar sobre o que nos dizem os Livros Sagrados a fim de que possamos

atender o apelo do próprio Cristo. É mister que toda a sociedade que queira renovar-se reconsidere as suas próprias origens.

Tendo conhecimento de diversos professores de exegese que haviam manifestado interesse pelo tema da pobreza evangélica, solicitamo-lhes que, não obstante toda a complexidade dos problemas, informassem da melhor maneira possível, sobre o progresso alcançado pelos estudos bíblicos, com respeito ao tema da pobreza evangélica.

O Pe. Beda Rigaux, OFM, professora na Universidade de Lovaina, prontificou-se a organizar um simpósio de exegetas para estudar o tema da pobreza. O simpósio realizou-se em Roma, nos dias 23, 24 e 25 de junho de 1970. Dele tomaram parte: Augustin George, SM, professor nas Faculdades Católicas de Lyon; Jacques Dupont, OSB, monge da Abadia de Saint-André de Bruges, Bélgica; Simon Légasse, OFM Cap, professor nas Faculdades Católicas de Toulouse, França, Philip Seidensticker, OFM, professor da Faculdade de Teologia de Paderborn, Alemanha.

Os trabalhos apresentados pelos especialistas acima citados, dão uma idéia bastante clara a respeito da pobreza e da maneira pela qual ela foi encarada pelo Antigo Testamento, pelos evangelhos e pelas cartas de São Paulo. A boa qualidade destes trabalhos mereceu a publicação. Admitimos que os estudos apresentados no simpósio de Roma não abordam exaustivamente o tema da pobreza. Mas a sua publicação é estímulo a que outros estudiosos possam aprofundá-los.

Na conjuntura atual da Igreja, os estudos que formam **A POBREZA EVANGÉLICA**, aqui apresentada, e que exigiram muita reflexão e muita análise, poderão servir como ponto de referência para o estudo de outros problemas sumamente importantes como aqueles que se referem ao ministério, à promoção humana, à justiça e à paz, à moralidade e à verdade revelada. Por entre uma avalanche de equívocos e de sonhos utópicos, **A POBREZA EVANGÉLICA** contribuirá eficazmente para que muitos possam encontrar o caminho da "pobreza evangélica" autêntica.

Estas palavras são do Frei Constantino Koser, OFM, Ministro Geral dos Padres Franciscanos.

Em **CONVERGÊNCIA**, mês de abril/77, Você vai ler: **A Pobreza na Patrística**. Um trabalho escrito para a sua revista. Não perca.

**RUMOS DA FILOSOFIA ATUAL NO BRASIL**, Stanislavs Ladusáns, SJ. Edições Loyola, São Paulo. Ano 1976. Páginas 536.

Este volume inicia uma série de publicações, em auto-retratos, sobre a atual situação do pensamento filosófico no Brasil e fora do País. Segue o critério científico de pesquisa. Este volume é de 1975. Apresenta uma notável riqueza de idéias e de obras, bem como dados multiformes sobre as pessoas dedicadas à meditação filosófica e sobre as respectivas instituições. Constitui um subsídio indispensável para a história das idéias filosóficas brasileiras.

Traz um estímulo ao espírito comunitário do pensador brasileiro, tantas vezes prejudicado pelo isolamento individualista e estéril. Incentiva a criatividade filosófica na perspectiva realista de um diálogo aberto e construtivo, resultando o valor do trabalho em conjunto e ressaltando as exigências da autêntica meditação pessoal, fonte primordial do progresso no campo do pensamento profundo.

Este volume tem ainda um especial significado axiológico. Gigantescas transformações culturais e crises sacodem hoje toda a humanidade. Cada homem está chamado a refletir seriamente e em profundidade para discernir e integrar os valores da vida e da atual cultura. Contendo o volume testemunhos axiológicos notáveis e respectivas reflexões significativas para os dias atuais, contribui, com luzes preciosas e de maneira variada, para aquela busca eterna do nosso espírito, empenhado na solução do grave problema da felicidade.

Contribuindo para a compreensão mútua entre os cultores da Filosofia no Brasil, este livro promove a confraternização cultural dos brasileiros. Liga à nossa realidade o filosofar em todas as suas dimensões. Fomenta o progresso do pensamento filosófico nacional num sentido real, chamado por sua natureza a revelar as grandes verdades que ilustram a totalidade dos aspectos do desenvolvimento e fundamentam criticamente o processo de autêntica integração cultural.

Este volume se constitui uma fonte preciosa de consulta para as universidades e as faculdades ocupadas se-

riamente com o problema da harmonia interdisciplinar e com a formação da juventude. Contribui para os educadores e homens públicos encontrarem idéias que ajudem a aprofundar seu pensamento e sua ação. Os ideais do ecumenismo e da integração cultural têm neste volume um serviço inequívoco. A juventude vai encontrar um incentivo para comparar, relacionar, refletir com seriedade, pois o conteúdo da publicação é variado, denso, revelando nossa "fome e sede" da verdade e contendo não poucos exemplos de grande força orientadora e formadora. Serve para suscitar novas vocações filosóficas e para cultivar as existentes.

**INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA PROFUNDA PARA EDUCADORES**, Walter J. Schraml. Tradução do original alemão **Einführung in die Tiefenpsychologie für Pädagogen**, de Nelson Cassiano e José Fernando Marinho. Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo. Ano 1976. Páginas 268.

O autor pensa em preencher, em parte, uma lacuna na bibliografia da Psicologia Profunda. Não é pequeno o número de publicações cuja finalidade é pôr os educadores em contato com esta disciplina. Estas obras, na sua grande maioria, se ocupam de problemas referentes às dificuldades e às perturbações psíquicas da criança e dos erros pedagógicos que se devem evitar. Mas existe uma lacuna enorme entre a literatura especializada, e portanto entre os conhecimentos preliminares e a linguagem técnica que ela

supõe, e a literatura muitas vezes demasiado popular, cujo escopo é vulgarizar a psicologia profunda. É esta lacuna que o presente trabalho se propõe preencher.

É um risco querer transmitir aos não-iniciados nesta matéria, hipóteses e conclusões científicas reservadas, de modo geral, aos especialistas. Tratando-se de um assunto desta natureza, a compreensão cabal desta matéria nunca será fruto de uma significação arbitrária que deformaria a realidade complexa. Será resultado de estudo de modelos adequados e de uma exposição clara e precisa.

A denominação de psicologia profunda designa diversas correntes da concepção fundamental de Freud. Cada uma destas correntes teve o seu desenvolvimento autônomo. O livro apenas enumera estas opiniões e teorias, insistindo em seus aspectos característicos com relação à psicologia do desenvolvimento, à psicologia da personalidade e à psicologia patológica, deixando aos leitores a tarefa de tirar suas próprias conclusões, quanto à sua aplicação à pedagogia terapêutica e à sociopedagogia.

**OS CURSILHOS E A EVANGELIZAÇÃO**, Cesáreo Gil. Tradução do original espanhol **Los Cursillos y la Evangelización**, de Luiz João Gaio. Edições Loyola, São Paulo. Ano 1976. Páginas 180.

O Papa Paulo VI, que definiu os Cursinhos como "um movimento apostólico ou uma escola de espiritualidade cristã" (14.12.63), em duas oportu-

nidades tratou da responsabilidade evangelizadora do Movimento dos Cursinhos. Nesta esperançosa tarefa da cristianização do mundo inteiro, o Concílio especifica o programa: "Os leigos devem procurar, na medida de suas forças, sanar as estruturas e os ambientes do mundo sempre que eles arrastem ao pecado, de maneira que tudo se conforme às normas da justiça e favoreçam a prática das virtudes. Agindo assim impregnarão de sentido moral a cultura e o trabalho humano" (LG, nº 36).

Na Primeira Ultreya Mundial, em 28 de maio de 1966, Paulo VI escrevia:

"Não é isto que vós pretendes quando quereis substituir nos espíritos as trevas do pecado pelas cores vivas da graça e quando intentais colocar a transparência da fé luminosa onde antes havia dúvida, tormento e egoísmo? Que o vosso pós-Concílio seja uma primavera de flores cristãs, que alegrem a paisagem do mundo, e uma aurora de novas luzes que iluminem vosso caminho e o caminho dos homens que, talvez sem sabê-lo, também se orientam para Deus".

E na Segunda Ultreya Mundial, em 23 de maio de 1970, dizia:

"Com os vossos pastores estudaí os caminhos aptos para a difusão do Evangelho. Sede sobretudo filhos fiéis da Igreja. O mundo procura unidade de pensamento, de soluções, de doutrina, de ideais. Permanecei sempre com a Igreja, leais às suas orientações, cientes de que assim a projeção de vossa vida cristã terá não só unidade, mas também os sinais claros e atraentes da autenticidade e da eficácia".

# OREMOS

Com as palavras dos Apóstolos, para que o Senhor "aumente a fé" (Lc 17,5) nas comunidades cristãs e, de modo particular, naqueles que Ele quis ou queira chamar para o seu Serviço.

Com as palavras do Apóstolo São Paulo, para que a "caridade de Cristo" (2 Cor 5,14) desperte o chamamento de Cristo em muitos e ótimos jovens e noutras almas nobres e generosas, impulsione os hesitantes para a decisão e conserve na perseverança aqueles que já fizeram a própria escolha.

Ainda, para que todos sejam fortes e prontos, à semelhança de Cristo sofredor, para fazerem, não a própria, mas sim a vontade do Pai (Lc 22,42), quando Ele quiser ou permitir que venha juntar-se o peso do sofrimento ao dom exaltante do seu chamamento. Que em todos os momentos os conforte a alegria pas-cal de Cristo Ressuscitado.

PAULO VI